

Julia Vivanco Bercovich

**NARRATIVAS DE MULHERES ENCARCERADAS:  
AGÊNCIA POR TRÁS DOS MUROS**

Florianópolis

2018



Julia Vivanco Bercovich

**NARRATIVAS DE MULHERES ENCARCERADAS:  
AGÊNCIA POR TRÁS DOS MUROS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Antropologia  
Orientador: Prof. Dra. Sônia Weidner Maluf

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bercovich, Julia Vivanco

Narrativas de mulheres encarceradas : agência por trás dos muros / Julia Vivanco Bercovich ; orientadora, Sônia Weidner Maluf, 2018.

75 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,  
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. mulheres encarceradas. 3. sistema prisional feminino. 4. agência. 5. antropologia da violência. I. Maluf, Sônia Weidner. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

Julia Vivanco Bercovich

**NARRATIVAS DE MULHERES ENCARCERADAS: AGÊNCIA POR TRÁS DOS  
MUROS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Antropologia” e aprovado em sua forma final pelo Programa de Graduação em Antropologia

Florianópolis, 02 de julho de 2018.

---

Prof.<sup>a</sup> Maria Eugenia Dominguez, Dr.<sup>a</sup>  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Sônia Weidner Maluf, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Ilka Boaventura Leite, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Viviane Vedana, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

Às mulheres que participaram da pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Para concretizar este trabalho e toda a etapa da minha formação contei com o envolvimento direto e indireto de muitas pessoas às quais gostaria de agradecer.

Primeiramente, às mulheres que participaram desta pesquisa e me dedicaram muito tempo e paciência. Entre perguntas esquisitas e conversas instigantes, confiaram em mim ao entregar-me fragmentos de suas trajetórias, ou melhor, pedacinhos de si. Muito obrigada, devo este trabalho a vocês.

Nada disto teria sido possível se eu não tivesse a autorização do DEAP e a colaboração dos seus funcionários, aos quais quero agradecer por acompanhar todo o processo e pelo esforço feito. Também aos funcionários do Presídio Feminino de Florianópolis, que se dispuseram a receber-me mesmo com a precária condição para isso. Obrigada.

Aos professores do curso de Graduação em Antropologia da UFSC, especialmente à Professora Ilka, pelo seu compromisso não apenas com a atividade educacional, como também com o propósito político da antropologia. Sou grata por ter me mostrado caminhos que me fizeram olhar a antropologia de outra perspectiva. Obrigada pela incansável paciência, seu exemplo, dedicação e pelas aulas que tanto me inspiraram.

Às professoras membros da banca avaliadora deste trabalho, Professoras Viviane, Ilka e Sônia, pelas valiosas contribuições e sugestões.

Aos meus colegas e amigos, por compartilhar desta caminhada de tantos aprendizados e pelas conversas no bosque, às quais devo grande parte do meu aprendizado. À minha amiga Clari, que com a paciência e comprometimento que lhe são característicos, ajudou-me com correções e valiosas sugestões neste trabalho. Muito obrigada. À minha amiga Deborah, quem nunca se negou a ouvir-me em meus devaneios e me deu todo o apoio indiretamente necessário para a conclusão deste trabalho.

À minha querida família: minha mãe, meu pai e meu irmão por estarem sempre ao meu lado e por se interessarem nas minhas pesquisas e inquietações: isso foi essencial para levar adiante todo o esforço.

E por fim, à minha orientadora Professora Sônia, quem tornou possível realizar a pesquisa nestes termos. Agradeço pelos diálogos, críticas e por me orientar mesmo diante de um cenário bastante improvável.

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.

(Bertolt Brecht)

## RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo etnográfico no Presídio Feminino de Florianópolis, apresentando fragmentos de narrativas sobre as trajetórias de vida e experiências prisionais de mulheres encarceradas. Propõe-se abordar os sujeitos, os modos de subjetivação e as agências que emergem neste aparato de coerção a partir de trabalho de campo realizado no local. Constata-se que as narrativas se constituem de forma a conectar o presídio e a rua e diluir o abismo imposto pelos muros.

**Palavras-chave:** Mulheres encarceradas. Sistema prisional. Antropologia da violência.



## **ABSTRACT**

This work is the result of an ethnographic study in the Florianópolis Women's Prison, presenting narratives fragments about the life trajectories and prison experiences of imprisoned women. It is proposed to approach subjects, modes of subjectivation and agencies that emerge in this coercive apparatus from field work carried out in the place. It is verified that the narratives are constituted in such a way to connect the prison and the street and to dilute the abyss imposed by the walls.

**Keywords:** Women prisoners. Prison system. Anthropology of violence.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Imagem de satélite do Presídio Feminino de Florianópolis.....	25
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mulheres privadas de liberdade (em mil) no Brasil entre 2000 e 2016.....	21
Gráfico 2 – Distribuição dos crimes tentados/consumados pelas mulheres privadas de liberdade entre 2005 e 2016.....	22
Gráfico 3 – Taxa de encarceramento por 100 mil mulheres negras ou brancas maiores de 18 anos.....	24

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DEAP – Departamento de Administração Prisional

PPF – Presídio Feminino de Florianópolis

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A ENTRADA NO PRESÍDIO</b> .....	<b>15</b>
2.1	INSTITUIÇÕES TOTAIS, CRIMINALIDADE E ENCARCERAMENTO FEMININO.....	15
2.2	O PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS E O CONTEXTO DA PESQUISA.....	24
2.3	O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA PELA INSTITUIÇÃO .....	28
2.4	MÉTODOS DE PESQUISA .....	31
<b>3</b>	<b>NARRANDO NARRATIVAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES ENCARCERADAS</b> .....	<b>35</b>
3.1	GABRIELA: NARRATIVAS EM RESSONÂNCIA.....	36
3.2	A <i>VIDA LOKA</i> E AS RESPONSABILIDADES.....	41
3.3	O DIA QUE TUDO MUDOU, MAS NEM TANTO ASSIM .....	48
<b>4</b>	<b>DE MULHER LIVRE A DETENTA</b> .....	<b>53</b>
4.1	SUBMISSÃO DOS CORPOS E NOVAS POSSIBILIDADES DE AGÊNCIA .....	53
4.1.1	Cartas de amor .....	54
4.1.2	“Mãe, que roupa é essa?” .....	55
4.1.3	A sacralidade das visitas .....	59
4.1.4	Galeria LGBT: ser mulher o bastante para assumir .....	61
4.2	O OUTRO: DIFERENCIAÇÃO, EXCLUSÃO E DEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES PRISIONAIS .....	62
4.2.1	Mulheres de preto.....	62
4.2.2	As <i>meninas</i> das galerias .....	64
4.2.3	Nem tão ao céu, nem tão ao inferno: as <i>regalias</i> .....	67
4.2.4	A galeria K .....	70
<b>5</b>	<b>APONTAMENTO INCONCLUSIVOS</b> .....	<b>72</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>74</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Todos em algum momento já ouviram falar da “sensação de violência generalizada” no Brasil. E de fato, essa afirmação encontra correspondência na experiência de muitos brasileiros. Porém, a palavra “sensação” já denuncia o caráter subjetivo desta frase. Que violência é essa da qual tanto se fala? Para dar conta de mensurar esta categoria de forma objetiva, recorre-se a índices de violência, estes medidos em termos de dados estatísticos referentes a diversos aspectos (homicídios, por exemplo) que, juntos e articulados, compõem o que se chama de violência.

Contudo, trata-se de uma categoria bastante abrangente que encontra muitas “sensações” a ela correspondentes, isto é, ela atinge diferencialmente os diversos setores da sociedade em função de recortes de classe, gênero e raça. E, algumas dessas formas de violência são naturalizadas pela sociedade em geral, enquanto outras são consideradas barbárie e seus autores bandidos e criminosos. Todavia, alguns mecanismos violentos do aparato do Estado são colocados em ação para manter determinados segmentos sociais na condição de subalternos, e isso não é colocado, pelo senso comum, dentro da categoria violência. Trata-se aqui do uso da força legitimada, da violência de Estado, e não apenas da mais aparente – policial – mas também de violências mais abstratas e discretas.

Dentre elas, propus-me estudar o aprisionamento de mulheres, mais especificamente no Presídio Feminino de Florianópolis. Os presidiários são recorrentemente retratados como violentos, mas pouco se fala sobre a violência do confinamento simbolizada nos muros dos presídios. A força das margens que limitam a existência do truculento rio é naturalizada, mas o rio em si... ele é amedrontador. O que o rio tem a dizer? A proposta do trabalho é ouvir as vozes silenciadas que provêm de dentro dos muros do presídio e com isto abalar o monopólio das narrativas legitimadas sobre o sistema prisional. E aqui, este trabalho aparece como mais uma violência, tendo em vista que o rompimento do silêncio é sempre violento. Mano Brown, em sua composição “Diário de um detento”, aborda a deslegitimação destas narrativas: “Mas quem vai acreditar no meu depoimento? Dia 3 de outubro, diário de um detento” (RACIONAIS MC’S, 1998). Portanto, torna-se político propor que os gritos destas mulheres são uma resistência a uma modalidade de violência de Estado – não querendo dizer que os gritos também não sejam violentos. É uma resposta brutal a um sistema cruel.

Estas vozes que procuro fazer ouvir no trabalho vêm de diferentes contextos e trajetórias, também de diferentes galerias do presídio, mas são todas vozes silenciadas que

vem de corpos marginalizados e em confinamento. Na mesma composição citada acima é exposto:

Cada detento uma mãe, uma crença  
Cada crime uma sentença  
Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,  
Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,  
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.  
Misture bem essa química  
Pronto: eis um novo detento. (RACIONAIS MC'S, 1998)

São vozes, desta forma, que ao passo que divergem por emergirem de sujeitos singulares, também encontram eco umas nas outras: são narrativas de mulheres de contextos sociais marginalizados e que por isso, pela classe que representam, são criminalizadas e isoladas do restante do sistema. E aqui novamente o grupo de rap da periferia paulista nos ensina que “Cadeia? Guarda o que o sistema não quis. Esconde o que a novela não diz. Ratatata! Sangue jorra como água.” (RACIONAIS MC'S, 1998).

Esta discussão mais ampla sobre o sistema prisional enquanto depósito de sujeitos descartados pelo sistema capitalista e os aparatos coercitivos do Estado que agem em prol do controle destes sujeitos, entra no segundo capítulo. No mesmo, situo o meu trabalho nas discussões vigentes sobre a temática e contextualizo o lugar específico da pesquisa, o Presídio Feminino de Florianópolis, expondo a minha trajetória para adentrar na Instituição e os métodos utilizados na pesquisa. No terceiro capítulo abordo fragmentos de narrativas de mulheres encarceradas sobre suas trajetórias de vida, suas lutas, seus crimes e motivos. O quarto e último capítulo é dedicado aos relatos das mesmas mulheres sobre a vida dentro do presídio, o sofrimento, o abandono, as convivências, amizades e, por que não, as pequenas alegrias dentro das grades.



## 2 A ENTRADA NO PRESÍDIO

Dou início a este capítulo contextualizando a minha pesquisa no campo de estudos já consolidado e no panorama nacional no que tange ao encarceramento. Assim, trago dados sobre o sistema penitenciário entrelaçados com análises de outros autores sobre prisões, criminalidade e encarceramento feminino. Partindo desse panorama geral, passo a descrever o lócus específico da pesquisa, o Presídio Feminino de Florianópolis, e o contexto jurídico-penal em que está inserido. Na terceira parte conto um pouco da minha trajetória nos meandros institucionais para conseguir a autorização para a realização desta pesquisa e as correspondentes resistências da Instituição. Por fim, abordo alguns aspectos metodológicos deste trabalho.

### 2.1 INSTITUIÇÕES TOTAIS, CRIMINALIDADE E ENCARCERAMENTO FEMININO

Violência, como anteriormente exposto, é uma categoria bastante abrangente e, assim, engloba um cenário nacional heterogêneo e em crescimento, sendo percebida de diferentes formas e intensidades em função do contexto social. A violência urbana enquanto objeto de estudo da antropologia é forte mesmo que relativamente recente, sendo um campo de estudos tradicionalmente relegado ao direito penal, criminologia e sociologia. Estudos relativos à criminalidade feminina e ao encarceramento feminino, especificamente, apesar de ainda tímidos, têm ganhado espaço na produção acadêmica nos últimos anos.

Segundo dados de junho de 2014, o Brasil tinha a quarta maior população carcerária do mundo (VITTO et al., 2014). Em junho de 2016, já contava com uma população prisional de 726.712 pessoas (SANTOS et al., 2017a) e, em relação ao número de vagas nos presídios, com um déficit total de 358.663 vagas (SANTOS et al., 2017a). Os números revelam, então, que há quase o dobro de pessoas encarceradas em relação ao que o sistema penitenciário brasileiro suporta, desproporção esta que denuncia os graves problemas em relação à infraestrutura e à superlotação nos presídios do país. Ocorre que as constantes reformas na infraestrutura prisional e a criação de novas unidades não deram conta de acompanhar o desenfreado crescimento da população prisional: desde o início da década de 90 até 2016 a população prisional nacional aumentou 707% (SANTOS et al., 2017a)

A política de encarceramento em massa é adotada no Brasil como uma suposta resposta imediatista aos alarmantes índices de violência e criminalidade. Todavia, estes dois

últimos aspectos podem ser vistos também como consequência do próprio encarceramento. No documentário “A 13ª Emenda” (Ava DuVernay, 2016), é exposto como o encarceramento massivo como política de Estado nos Estados Unidos vem dar continuidade às leis segregacionistas, de forma reformulada e ajustada às novas condições da sociedade, uma vez que com o fim do sistema econômico escravocrata fez-se necessário encontrar novas formas de exploração. Desta maneira, foi declarada a guerra às drogas ao passo que se formulou uma mitologia do negro criminoso, relegando a estes a presunção de periculosidade e culpa. Isto é, o aprisionamento massivo de afrodescendentes aparece nos EUA como uma reformulação da escravidão e das leis segregacionistas em termos mais abstratos e contemporâneos, chegando ao ponto atual em que ocorre a privatização das prisões e o consequente lucro a partir do punitivismo – o que faz com que empresas gestoras de penitenciárias dependam da quantidade crescente ou suficiente de presos, e da suposta criminalidade, para gerar lucro.

No Brasil, esse vínculo entre o punitivismo e a produção da criminalidade e a gestão privada com objetivos de lucro ainda não se desenvolveu como nos Estados Unidos, mas ainda assim o aprisionamento massivo de afrodescendentes acaba sendo uma política de Estado, mascarada como enfrentamento às drogas e ao crime. O que é, na verdade, consequência lógica do racismo institucionalizado é apresentado perante a sociedade como resultado das ações efetivas do Estado na guerra às drogas e à criminalidade. Logo, sem a efetiva adoção de políticas públicas de segurança de médio e longo prazo que de fato busquem a compreensão e enfrentamento das contradições estruturais da sociedade brasileira, a solução apresentada pelo Estado é a punição, o isolamento e a suposta reabilitação dos sujeitos que não se enquadraram nas normas impostas pela sociedade neoliberal. Nesse sentido, os muros materializam a barreira que separa a sociedade de seus excluídos, isto é, dos indivíduos que se encontram na margem do mercado consumidor e do sistema de produção (SANTOS, 2015).

As políticas e ações punitivistas são direcionadas a seletos grupos sociais, o que acaba por compor um perfil do sujeito encarcerado: 55% são jovens de 18 a 29 anos (os jovens representam 18% da população total do Brasil), 64% são negros (enquanto no total da população brasileira os negros representam 53%) e 75% não frequentaram o ensino médio (SANTOS et al., 2017a). Com base nestes dados, constata-se que o encarceramento massivo atinge um grupo restrito da população brasileira, perversidade mais conhecida como seletividade penal, e termina por atuar na marginalização e na invisibilização de determinados indivíduos, seguindo os interesses do poder econômico e garantindo, conseqüentemente, a manutenção do *status quo* da desigual e estratificada sociedade brasileira.

A adoção de tais medidas – o encarceramento massivo com o seletivo público alvo – aparece, portanto, como uma medida emergencial, emergência esta que tem durado décadas para os problemas de segurança pública no país, e tem como respaldo a sua aprovação pela sociedade num geral, como expõe Foucault: “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.” (FOUCAULT, 2014, p. 224). Ainda segundo Foucault (2014, p. 272), escrevendo sobre a realidade francesa no século XIX, a penalidade-detenção serviria como uma fábrica de delinquentes, já que o delinquente é útil, de certa forma, para a sociedade moderna. Tal *modus operandi* do Estado nas políticas de administração de conflitos acaba por gerar inúmeros problemas, entre eles a superlotação dos presídios e a consequente desumanização das condições de habitação.

Para Wacquant (2011), esse aparelho carcerário, que tem como modelo o norte-americano, tem uma relação direta e dependente com o modelo econômico neoliberal em emergência na década de 90, já que o desmonte das políticas sociais produz uma crescente massa desempregada que acaba por ser depositada nos complexos prisionais, vejamos: “Pois à atrofia deliberada do Estado social corresponde a hipertrofia distópica do Estado penal: a miséria e a extinção de um têm como contrapartida direta e necessária a grandeza e a prosperidade insolente do outro.” (WACQUANT, 2011, p. 88).

Esse Estado penal, conforme argumenta o mesmo autor, visa o controle dos grupos que se tornaram indesejáveis no processo de passagem do Estado-providência ao Estado-penitência, grupos estes oriundos das frações decadentes da classe operária e dos negros pobres das cidades:

Ao fazer isso, ele assume um lugar central no sistema de instrumentos de governo da miséria, na encruzilhada do mercado de trabalho desqualificado, dos guetos urbanos e de serviços sociais “reformados” com vistas a apoiar a disciplina do trabalho assalariado dessocializado (WACQUANT, 2011, p. 104).

Seja como fábrica ou depósito de delinquentes – aqueles indesejados da sociedade capitalista –, não cabem dúvidas de que o sistema carcerário faz parte de um complexo e mais amplo aparato do Estado, o qual segue os interesses do poder econômico ao criminalizar a miséria e manter sistematicamente as desigualdades sociais. Entretanto, apesar de expressar interesses antidemocráticos, o sistema carcerário está embasado em uma justiça que se diz igualitária. Para Foucault, a prisão enquanto castigo igualitário se fundamenta de um lado na privação da liberdade – já que a liberdade se constitui enquanto bem que pertence a todos e,

assim, a perda desta atinge a todos da mesma forma; e, por outro lado, tem a função de transformação técnica dos indivíduos para torná-los dóceis e úteis, sendo a prisão análoga a: “uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal” (FOUCAULT, 2014, p.225).

Ainda segundo o mesmo autor (2014), a prisão enquanto instituição foi aceita pela sociedade no geral porque reproduz mecanismos próprios do corpo social. Assim, quando a lei instituiu, no fim do século XVIII e início do XIX, que a detenção seria a penalidade para os infratores, os mecanismos de coerção já estavam instaurados em outros ambientes da vida social:

Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado; mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário que se pretende “autônomo”, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas”. (FOUCAULT, 2014, p.223).

O poder disciplinar a que são submetidos os sujeitos em pena privativa de liberdade acaba por inseri-los em um sistema que se fundamenta em relações assimétricas, a fim de que o indivíduo se modifique. Para isso, o primeiro princípio é o isolamento, o que assegura o encontro do detento a sós com o poder que se exerce sobre ele (FOUCAULT, 2014, p.230). Para Goffman (1961), o processo inicial consiste na mutilação do eu: uma vez isolado, o sujeito passa por um processo de ruptura com seu antigo contexto e simultâneo enquadramento na máquina administrativa do estabelecimento:

O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. (GOFFMAN, 1961, p.24).

Para o autor, a primeira mutilação do “eu” ocorre na inserção da barreira entre o internado na instituição total e o mundo externo, seguida do processo de admissão, o qual consiste em uma espécie de iniciação do sujeito envolvendo a codificação deste no novo ambiente, testes de obediência e enquadramento geral à instituição:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de *instituições totais*, e desejo explorar suas características gerais. (GOFFMAN, 1961, p.16).

Este processo resultaria, segundo Goffman, na deformação pessoal do internado – o que possibilita o seu controle e posterior transformação: “Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu.” (GOFFMAN, 1961, p.22)

Goffman e Foucault, mesmo partindo de diferenças conceituais, convergem ao atribuir ao isolamento o princípio básico para a produção de mecanismos de controle e ambos buscam pensar a prisão para além de seu objetivo formal – a reabilitação –, priorizando na análise as forças coercitivas a que são submetidos os internos e os diversos processos e mecanismos que agem sobre o indivíduo em prol de sua transformação/mutilação. Algumas pesquisas mais recentes, entretanto, vêm ressaltando as formas de convivência que emergem no contexto prisional, transcendendo uma análise das práticas de poder da instituição sobre os sujeitos.

Neste sentido, a pesquisa de Julita Lemgruber (1999) no Instituto Penal Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, entre os anos 1976 e 1978, aborda as dinâmicas sociais que se viabilizam no contexto prisional. A referida pesquisa parte do dia de ingresso na instituição pela detenta, às formas de adaptação ao novo contexto, os papéis sociais que emergem entre as detentas, as privações provocadas pelo encarceramento, os trabalhos prisionais, a prática da homossexualidade e as diferentes formas de administração prisional que geram diferentes sociabilidades entre as detentas.

A dissertação de Mirella Alves de Brito (2007) também procura transcender as relações presa/instituição e prisão/violência, evidenciando as sociabilidades no Presídio Feminino de Florianópolis e a fluidez destas práticas sociais com as vivências das mulheres fora do presídio. Segundo Brito, as diversas práticas das detentas procuram dissolver a fronteira fora/dentro da prisão: não são dois modos de ver o mundo, são formas de rever ou reafirmar uma mesma forma de representação a partir de um contexto particular, que é o presídio.

Na mesma linha, a dissertação de Natália Bouças do Lago (2014) aborda as maneiras pelas quais as mulheres presas elaboram projetos e posições para negociar sua relação com a vida de dentro e a vida de fora do presídio. Nessa análise, a autora desenvolve as trajetórias de três interlocutoras da pesquisa, que não só abordam a vida dentro dos muros, mas também fora deles, estabelecendo relações de como a prisão produz projetos e posições nas vidas destas mulheres.

Essas três pesquisas foram realizadas em presídios femininos, o que inevitavelmente muda o enfoque da abordagem: a mulher presa sofre um duplo estigma de transgressora, já que além da ordem social que contempla também aos homens, as mulheres são desaprovadas por não terem cumprido com sua função maternal e familiar. Desta forma elas são duplamente punidas: por terem cometido um crime e por serem mulheres que cometeram um crime.

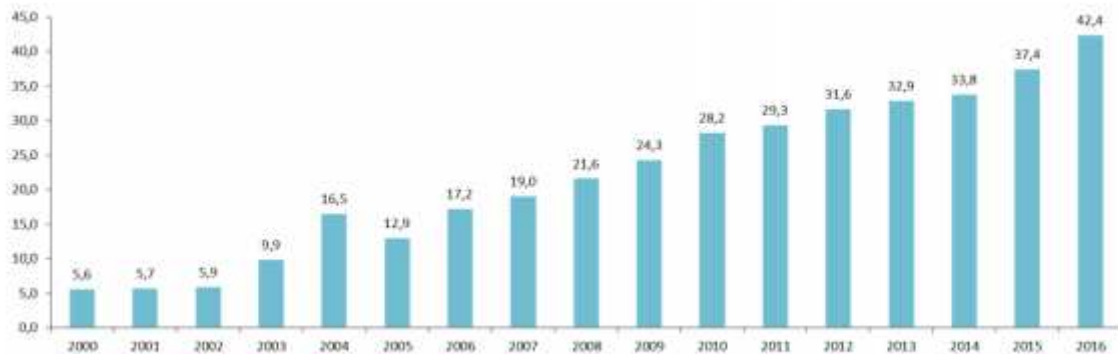
Ainda que a população carcerária no Brasil seja composta majoritariamente por homens e que os presídios femininos estejam abaixo da média nacional em relação às situações de superlotação, a população de mulheres encarceradas tem crescido expressivamente se comparada ao aumento da população masculina privada de liberdade. Entre os anos de 2000 e 2014, a população absoluta de mulheres em privação de liberdade aumentou 567%, chegando a 37.380 mulheres (VITTO et al., 2015). Enquanto que no mesmo período a população masculina encarcerada aumentou 220%. Esse aumento fez com que as mulheres passassem de representar 3.2% do total da população carcerária em 2000 a 6,4% em 2014 (VITTO et al., 2015). Nesse mesmo ano, o Brasil contava com a quinta maior população feminina em privação de liberdade do mundo, em números absolutos (VITTO et al., 2015).

Se analisarmos dados mais recentes, constatamos que o caráter expansivo da população prisional feminina continuou: em junho de 2016 o Brasil passou a ter a quarta maior população carcerária feminina mundial em números absolutos, com 42.355 mulheres (SANTOS et al., 2017b). Em relação aos registros dos anos 2000, este crescimento representa um aumento de 656% no número de mulheres privadas de liberdade (SANTOS et al., 2017b), como é possível observar no Gráfico 1 a seguir.

O mesmo crescimento também pode ser medido em termos de taxa de aprisionamento, que consiste no número de presos para cada 100 mil pessoas. A taxa de aprisionamento geral no país cresceu 119% entre 2000 e 2014, enquanto a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 460% no mesmo período - de 6,5 passou para 36,4 mulheres encarceradas para cada 100 mil mulheres (VITTO et al., 2015). Já em junho de 2016, a mesma taxa passou para 40,6 mulheres, representando um aumento em 525% desde 2000 (SANTOS et al., 2017b). Importante ressaltar que este crescimento não encontra

comparação com os demais países que mais encarceram mulheres no mundo (SANTOS et al., 2017b). Em Santa Catarina, também em junho de 2016, contávamos com uma taxa de encarceramento feminino acima da média nacional: 43,7 mulheres privadas de liberdade para cada 100 mil (SANTOS et al., 2017b).

Gráfico 1 – Mulheres privadas de liberdade (em mil) no Brasil entre 2000 e 2016



Fonte: Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen Mulheres – 2ª edição, 2017.

Tendo em vista que, apesar do alarmante aumento na taxa de aprisionamento de mulheres, a população carcerária ainda é composta em sua maioria por homens, grande parte das instituições penais foi planejada e projetada para atender homens: 74% dos estabelecimentos penas são masculinos, 7% são femininos e 17% são mistos (unidades originalmente masculinas que contam com lugares específicos destinados para mulheres) (SANTOS et al., 2017a). Isto nos demonstra a urgência de pensar nas especificidades femininas para arcar com o expoente inchamento da população de mulheres privadas de liberdade e, assim, evidencia-se a importância de investir em estudos que elucidem esta temática.

As especificidades femininas, neste sentido, também englobam a questão da maternidade. Os dados da Infopen relativos a este aspecto são escassos, estando disponíveis para apenas 7% da população prisional feminina de junho de 2016 (SANTOS et al., 2017b). Neste período, 74% destas mulheres declararam ter filhos, enquanto 47% dos homens encarcerados também declararam ter filhos (SANTOS et al., 2017b). Seria necessário dispor de dados que abranjam maior porcentagem da população prisional feminina para fazer afirmações nesse sentido, não obstante, da comparação constata-se que há uma importante assimetria na distribuição de filhos entre mulheres e homens no sistema prisional brasileiro, o que pode ser consequência da desigual atribuição de responsabilidades em relação aos filhos entre mulheres e homens na sociedade em geral; isto influenciando, destarte, na declaração

sobre filhos nos cadastros dos detentos. Tendo isto em vista, faz-se urgente formular estruturas que respondam a tais necessidades no sistema penal.

A crescente taxa de aprisionamento de mulheres é consequência, em grande medida, da legislação cada vez mais punitiva diante das práticas sociais em torno do que denominamos “tráfico de drogas”, ao passo que a pena para usuários de drogas vai se abrandando. Nesse contexto, atualmente 62% dos crimes consumados ou tentados entre os registros das mulheres privadas de liberdade está relacionado ao tráfico, isto é, 3 em cada 5 encarceradas respondem por crimes ligados ao tráfico de drogas (SANTOS et al., 2017a). Neste sentido, temos o Gráfico 2, que evidencia não apenas como crimes relacionados ao tráfico representam a maior proporção entre os crimes tentados/consumados pelas mulheres encarceradas, mas principalmente o crescente aprisionamento de mulheres acusadas deste tipo de crime entre os anos 2005 e 2016.

Gráfico 2 – Distribuição dos crimes tentados/consumados pelas mulheres privadas de liberdade entre 2005 e 2016



Fonte: Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen Mulheres – 2ª edição, 2017.

Esta expansão pode ser explicada pela guerra declarada às drogas e ao tráfico, como se depreende do seguinte trecho:

Estudos sobre a população prisional feminina em diversos países mostram que leis rigorosas relacionadas com o tráfico de drogas tiveram um profundo impacto sobre o crescimento do número de mulheres presas, embora as mulheres ocupem posições periféricas no comércio das drogas e, em geral, acabem presas por causa do envolvimento de seus companheiros, maridos ou namorados. Com frequência, também, mulheres são presas transportando drogas de um país para outro (são as chamadas ‘mulas’) e, em geral, por pequenas quantias. (LEMGRUBER, 2000, p. 284).



Uma linha muito tênue define o que é “tráfico” e o que é “uso” de drogas nos meandros da legislação. Há um mecanismo autorizado pela própria lei de drogas, que dá margem para a interpretação dos operadores do sistema de justiça no processo de incriminação e de decisão entre a imputação de uso ou de tráfico de drogas: “circunstâncias sociais e pessoais” e “conduta e antecedentes do agente” devem ser levadas em consideração pelo juiz para a sua rotulação como alguém a ser tratado (usuário) ou alguém a ser punido (traficante). Esta é a brecha para que atributos socioeconômicos distanciem o usuário do traficante, fazendo com que o aprisionamento atinja segmentos da população em um estado de vulnerabilidade social e conforme um perfil da mulher encarcerada: jovens, negras, pobres e de baixa escolaridade.

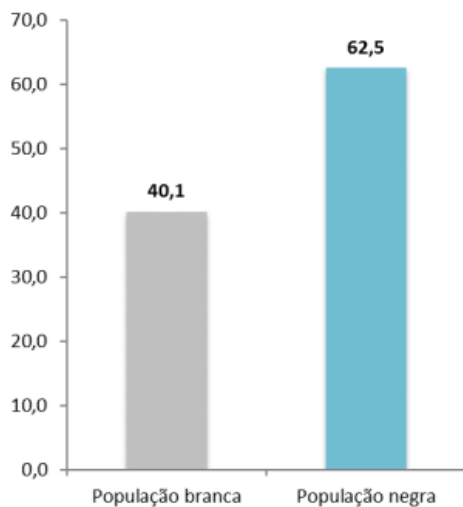
Dentre as mulheres em situação de privação de liberdade em junho de 2016, 50% eram jovens entre 18 e 29 anos, 62% negras e 66% não frequentaram o ensino médio – chegando a concluir, no máximo, o ensino fundamental (SANTOS et al., 2017b). Disto, depreendemos que para cada grupo de 100 mil mulheres brancas maiores de 18 anos existem 40 privadas de liberdade, enquanto que para cada grupo de 100 mil mulheres negras maiores de 18 anos há 62 presas (SANTOS et al., 2017b), conforme evidencia o Gráfico 3. Isto é, as chances de uma mulher negra se deparar com a realidade prisional são muito maiores do que uma mulher branca, evidenciando, desse modo, a disparidade na taxa de aprisionamento de mulheres negras e brancas no Brasil. Um aspecto importante de ser pontuado é que os dados coletados pelo Infopen referentes à raça/cor são cadastrados por gestores responsáveis pelo preenchimento do formulário em cada unidade prisional, logo não há controle sobre a autodeclaração de tais atributos (SANTOS et al., 2017b).

A formação de um perfil criminal com características fenotípicas definidas revela as heranças de um passado obscuro em que o racismo e a segregação contavam com o respaldo de teorias científicas: a adesão ao crime teria como base as questões biológicas e raciais, e por isso, para essas teorias, as características físicas revelariam a tendência de um sujeito para o crime. As grandes assimetrias nas taxas de criminalidade feminina e masculina por muito tempo foram explicadas por fatores biológicos e psicológicos.

Nesta perspectiva, Lombroso e Ferreiro publicaram, em 1895, *A mulher criminosa* (LEMGRUBER, 1983, p.11), no qual defendiam que a mulher teria evoluído menos que o homem por ter uma vida menos ativa e com menos desafios, e por isso teria menos sinais de degenerescência (características físicas que o “criminoso nato” portaria) que o homem. Para Lemgruber, Freud, na mesma direção, entendia que o fenômeno da criminalidade feminina era

causado por um “complexo de masculinidade”, já que era uma afronta ao natural papel biológico da mulher (LEMGRUBER, 1983, p.12). Hoje, no âmbito científico, se sabe do perigo de empregar explicações de cunho biológico para fenômenos sociais, entretanto, no sistema judiciário perdura a criminalização de sujeitos que tem cor, idade e classe social definidas – ainda que atualmente esse processo seja mascarado em procedimentos complexos e desarticulados dos órgãos de administração de conflitos (jurídico-policiais).

Gráfico 3 – Taxa de encarceramento por 100 mil mulheres negras ou brancas maiores de 18 anos



Fonte: Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen Mulheres – 2ª edição, 2017.

Os estudos sobre criminalidade feminina passaram por grandes mudanças de abordagem nos anos 70, quando intelectuais passaram a buscar as explicações em fatores de socialização – teoria dos papéis – e abandonaram as abordagens psicológicas e biológicas. Desta forma, foi-se adotando uma abordagem voltada para os fatores sócio-estruturais, mas ainda com grandes limitações (LEMGRUBER, 1983, p.13). Posteriormente, com o aumento da criminalidade feminina, atribuiu-se à diminuição das disparidades sócio-econômico-estruturais entre os sexos o principal motivo que impulsionou a maior participação das mulheres nas estatísticas criminais, assim como em muitas outras esferas da vida social (LEMGRUBER, 1983, p.15). Recentemente, algumas pesquisas têm abordado, mesmo que de maneira periférica, como o crime se constitui enquanto projeto de vida para algumas mulheres jovens, passando a privilegiar a agência dos sujeitos em detrimento da sua condição de vítima (BARREIROS, 2008; DASSI, 2010).

## 2.2 O PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS E O CONTEXTO DA PESQUISA

O bairro Agrônômica, localizado na região central da Ilha de Santa Catarina e aos pés do Morro da Cruz, abriga dois espaços extremos da sociedade catarinense: a Casa d'Agrônômica, residência oficial do governador de Santa Catarina, e o Complexo Penitenciário da Capital. De um lado, o local onde reside o mais alto representante político do estado, e de outro lado, o local onde residem os indivíduos marginalizados e considerados perigosos para a mesma sociedade. Mas em sua maior diferença também podemos encontrar similaridades: ambos são uma incógnita para o senso comum em geral, ou seja, seus imponentes muros alienam o restante da sociedade do que se passa ali dentro. Seja a mais alta elite política ou a escória dos catarinenses, não estão ao alcance dos olhos do cidadão comum e, entretanto, situam-se numa região central da cidade e seus muros podem ser vistos por qualquer um. Todos sabem que eles estão lá, sua arquitetura e dimensão não deixam esquecer que eles existem, mas poucos sabem o que acontece lá dentro.

O Presídio Feminino de Florianópolis (PFF) faz parte do Complexo Penitenciário de Florianópolis e, diferente do Presídio e da Penitenciária Masculina, não pode ser visto ao passar pela Rua Lauro Linhares, onde se localiza o complexo. Chega-se ao local entrando por uma pequena rua de terra, como se pode observar na imagem a seguir.

Figura 1 – Imagem de satélite do Presídio Feminino de Florianópolis



Fonte: Memorial do Presídio Feminino de Florianópolis

O prédio que hoje abriga o PFF, construído em 1989, foi inicialmente destinado a presos Políticos colocados sob a responsabilidade da Polícia Militar/SC e posteriormente ao regime semiaberto da Penitenciária de Florianópolis. De 1992 até 1998 o espaço abrigou uma massa carcerária proveniente do Presídio de Biguaçu, em sua maioria composta por mulheres, e por isso foi-lhe atribuído o nome de Presídio Feminino de Biguaçu. Em janeiro de 1999 o mesmo prédio foi denominado Presídio Feminino de Florianópolis por Maria de Fatima

Martins, Coronel da Polícia Militar que assumiu a gestão do Presídio, neste ponto destinado exclusivamente a mulheres.

No momento em que desenvolvi a pesquisa de campo para este trabalho, o PFF estava passando por diversas mudanças e, por conseguinte, as informações aqui descritas são referentes ao momento da pesquisa e estão sujeitas às transformações espaciais e temporais. Em maio de 2018, o Presídio abrigava 73 mulheres, das quais 35 cumpriam pena em regime fechado, 25 em regime semiaberto e 13 em prisão provisória (ainda sem condenação). Em relação ao quesito raça/cor, 32 foram declaradas brancas, 16 pardas e 9 negras (16 não tinham essa informação cadastrada). Quando questionei se a característica era autodeclarada, informaram-me que o formulário era todo preenchido pelo agente prisional, de acordo com o treinamento que recebe para isto. O propósito do formulário é a caracterização do indivíduo a partir de algumas características físicas – raça/cor está entre elas – a fim de facilitar a sua identificação em possíveis futuros envolvimento com episódios criminais. Deste modo, o funcionário segue um padrão classificatório referente à raça/cor e, segundo o agente que me respondeu, “*é um negócio que não dá tanta dúvida*”. Em vista disso, é um quesito tomado como objetivo e imputável pelo sistema, o que vai na direção contrária ao sistema adotado pelo IBGE no mesmo quesito – o qual se baseia na autodeclaração e na autoidentificação do indivíduo, considerando, então, aspectos históricos, sociais e políticos que atuam no reconhecimento identitário. Não tive acesso a mais dados sobre as detentas.

O corpo de funcionários é composto majoritariamente por agentes prisionais concursados, que se dividem entre os que trabalham na administração e no plantão. Geralmente cinco agentes trabalham por plantão. Depois de passar no concurso, os agentes passam por um treinamento de 60 dias para serem capacitados para o ofício. No PFF há três funcionários que não são agentes prisionais: um técnico-administrativo e um enfermeiro em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e uma psicóloga concursada. Há também uma Assistente Social voluntária da Pastoral Carcerária que faz duas visitas por semana ao local.

Atualmente o PFF conta com sete galerias: galeria A destinada às presas já condenadas, galeria B às detentas em prisão provisória, galeria C era destinada ao público “LGBT” (agora conta com detentas variadas), galeria D abriga as presas em regime semiaberto, galeria E é a *clínica* (mulheres com problemas de saúde), galeria F é o chamado *seguro* (mulheres impossibilitadas de conviver com as detentas das galerias anteriores por motivos que serão tratados mais adiante), e galeria H é a *regalia* (detentas que trabalham na cozinha ou na limpeza do presídio). Além das galerias, o presídio possui um pequeno pátio, no qual as detentas passam duas horas por dia, uma sala de visitas, uma sala de revista, um

alojamento de Medida Disciplinar (local onde as detentas ficam como punição por infringir alguma regra), duas salas de aula provisórias, duas cozinhas (uma para as detentas e outra para os agentes), um dormitório dos agentes, banheiros, uma sala de atendimento de saúde e uma sala de segurança.

Durante a pesquisa, o PFF iniciou uma reforma para ampliar a capacidade de vagas e melhorar as condições de habitação – contará com mais galerias, um pátio novo e salas de aula. Com a reforma, a galeria K, que estava localizada nos fundos do PFF, foi desmanchada, galeria esta destinada às detentas que tinham vínculo com o PCC – organização criminosa originalmente paulista e denominada Primeiro Comando da Capital. Como a hegemonia do Sistema Penitenciário de Santa Catarina pertence ao PGC – facção rival local denominada Primeiro Grupo Catarinense –, as detentas com vínculos com o PCC não podem conviver com as outras, caso contrário correm risco de vida, conforme me foi relatado pelas detentas e pela administração da Unidade. Com o fechamento da galeria K, as detentas que lá moravam foram transferidas para o Presídio de Criciúma. Uma delas participava da pesquisa e não a vi mais desde a transferência.

Outra questão que esteve em curso durante o trabalho de campo desta pesquisa foi que no final de outubro de 2017 o PFF foi interditado, fazendo com que nenhuma nova detenta pudesse entrar no local – questão que ainda não havia sido resolvida no final da pesquisa de campo. A medida foi adotada depois de uma inspeção realizada pelo juiz da Vara de Execução Penal da Capital, Rafael Germer Condé, e pela desembargadora Cinthia Schaefer, que constatou uma situação de superlotação – contava com 139 detentas e apenas 58 vagas –, além da insalubridade no local. Em razão desta decisão, o presídio foi aos poucos diminuindo o número de detentas, na medida em que algumas foram ganhando a liberdade.

Somando-se a isto, em dezembro de 2017 o PFF mudou de gestão, quando a até então Gerente do Presídio, Daniela Rocha, que lá permaneceu por cerca de dois anos, pediu a sua exoneração, assumindo o posto Joana Mahfuz Vicini, que trabalhava como agente penitenciária na Penitenciária de São Pedro de Alcântara. Essa transição envolveu algumas mudanças, já que cada gestão carrega consigo um perfil de política a ser implementada. Este tipo de mudança parece ser, na verdade, inerente ao funcionamento do sistema prisional em geral que, como já foi discutido, peca pela falta de continuidade em questão de diretrizes e políticas adotadas. Ainda assim, vale reforçar o que descreve Julita Lemgruber em seu estudo:

A situação reveste-se de características dramáticas se notarmos a total instabilidade do sistema penitenciário como um todo no que concerne ao funcionamento das prisões. Não há na verdade diretrizes definidas, nem qualquer preocupação em manter através dos anos determinada tendência com objetivos específicos. Em última análise, a sorte da massa carcerária vai depender em grande parte da ação do diretor do estabelecimento. Entrega-se uma prisão a um indivíduo e espera-se que ele controle os presos e impeça fugas e rebeliões, pois não se pode alvoraçar a população com esses escândalos. De acordo com sua maior ou menor vivência do problema e a partir de sua postura sócio-política-ideológica, optará por uma linha de ação determinada, à qual os presos deverão adaptar-se para minorar suas dificuldades. (LEMGRUBER, 1983, p. 78).

E por fim, um fator externo que influenciou nesta pesquisa foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada no dia 20 de fevereiro de 2018, que concedeu prisão domiciliar às mulheres grávidas e mães de crianças de até 12 anos que estavam em prisão provisória. Cinco detentas do PFF foram beneficiadas com a decisão até o mês de maio de 2018 (das quatorze detentas indicadas como possíveis beneficiadas pelo PFF). Uma delas era uma interlocutora da pesquisa – o que causou a interrupção de nossas conversas.

### 2.3 O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA PELA INSTITUIÇÃO

Como é de se imaginar, o processo de autorização da pesquisa no Presídio Feminino de Florianópolis foi recheado de desafios. Em um primeiro momento em que fui à unidade prisional para me informar sobre o procedimento, ainda na fase de elaboração do projeto de pesquisa, conversei com uma agente prisional que ocupava o cargo de Assistente Social na instituição. Como eu ainda não tinha delimitado o recorte do projeto, ela me comunicou que o primeiro passo seria apresentar a proposta da pesquisa conjugada com alguma oficina envolvendo um grupo de detentas, o que iria retribuir, de alguma forma, as informações e o tempo que as mulheres iriam me dedicar.

Por um lado, ela estava me colocando que o tema da pesquisa deveria ser aprovado pelo presídio, pela justificativa de que *“porque não é autorizado pesquisar certas coisas, e tem que ter um controle do que será escrito”*. Essa posição já era previsível, partindo de uma instituição que insiste em fechar-se ao seu exterior e que almeja ter controle de todas as práticas sociais em seu interior. Por outro lado, sua proposta era que meu projeto de pesquisa se constituísse enquanto uma troca com as detentas. Eu achei sua ideia interessante, tendo em vista as discussões antropológicas em torno da construção da relação com o objeto da pesquisa e a relação assimétrica resultante de tal encontro.

Assim, decidi propor uma oficina de fotografia com um grupo de dez mulheres, e a partir da produção de imagens pensar em como elas faziam recortes de suas vidas encarceradas, como elas se viam enquanto mulheres encarceradas e que significado elas davam às imagens produzidas. A construção do sujeito, nesta proposta, seria analisada a partir da sua produção de imagens sobre o contexto prisional e as narrativas produzidas em cima destas. Isto posto, elaborei o projeto de pesquisa e entreguei para uma funcionária do presídio, sendo informada que, por envolver imagens, a pesquisa precisaria primeiramente da autorização do DEAP/SC (Departamento de Administração Prisional). Deste modo, enviei o projeto para o DEAP, e alguns meses depois um funcionário da Gerência de Educação, Trabalho e Renda do DEAP entrou em contato comigo a fim de realizar uma entrevista para esclarecer alguns pontos do projeto.

Na entrevista, três funcionários do DEAP expuseram que a principal preocupação deles era a proposta de fazer oficinas de fotografia, procurando entender o porquê e saber se eu iria publicar ou usar essas imagens. Eu expliquei que seria apenas um recurso metodológico e que as imagens não seriam publicadas. Também demonstraram preocupação em relação a possíveis generalizações e críticas que eu poderia fazer a partir de uma visão parcial do que é a complexidade da administração do sistema prisional em SC. Essa preocupação se baseava em experiências anteriores com estudantes que chegaram ao presídio com uma ideia pré-concebida, e que segundo os funcionários, depois de uma curta experiência, generalizaram críticas à instituição.

Explicaram-me que os presídios da região estão em condições muito distintas entre eles, e que o Presídio Feminino de Florianópolis não é referência em termos estruturais – inclusive propôs que a pesquisa fosse feita em Itajaí, onde o presídio feminino está em melhores condições. Eu expliquei que o meu interesse não era na instituição em si, mas nas presas e no que elas contam sobre a vida delas. Entretanto, me mostrei aberta para modificar alguns pontos do projeto se fosse necessário, e inclusive retirar a oficina de fotografia do projeto se isso dificultasse a autorização da pesquisa. Eles me informaram que a “troca” que a assistente social do presídio tinha me colocado como condição para a realização da pesquisa não era necessária, e que em uma semana eu teria a resposta sobre a autorização.

Sem resposta nenhuma do DEAP e depois de muitas ligações sem alcançar meu objetivo, alguns meses mais tarde entrei em contato direto com o presídio novamente. Disseram-me que eu deveria ter pedido a autorização diretamente ao presídio – eu havia tentado, mas me informaram que tinha que ser com o DEAP – e que iriam analisar o projeto.

Depois de algumas semanas, informaram-me que o projeto não havia sido autorizado devido aos problemas em relação à segurança pública no estado, que passava por momentos tensos provocados pelas violentas disputas entre as facções criminosas. Segundo eles, a autorização havia sido negada pela minha segurança.

Vendo os caminhos se fecharem diante de mim e ficando quase sem alternativas, resolvi entrar em contato com o DEAP novamente. Descobri que minha pesquisa tinha sido autorizada há muitos meses, mas os funcionários não tinham tido acesso à autorização. Orientaram-me a entrar em contato com a unidade prisional para fazer os agendamentos necessários e iniciar a pesquisa. Mesmo com a pesquisa autorizada pelo DEAP, o Presídio Feminino de Florianópolis não estava disposto a autorizá-la, ainda argumentando que a unidade estava passando por um período complicado em relação à segurança. Comuniquei esse impasse ao funcionário do DEAP com o qual eu estava dialogando. Ele, então, entrou em contato com a diretora do PFF e depois me falou que tinham sido “*acrescidos aspectos que complicaram a realização do trabalho*” (faltavam agentes prisionais para segurar a minha presença) e que se eu quisesse continuar tentando pesquisar na unidade teria que conversar com a diretora do PFF para negociar uma mudança nos aspectos metodológicos da pesquisa.

Neste ponto as alternativas já restavam esgotadas e a unidade prisional se mostrava rígida diante das minhas tentativas de negociação. Minha orientadora, Dra. Sônia Weidner Maluf, agendou, então, uma reunião com a diretora do presídio, Daniela Rocha, para esclarecer melhor sobre alguns aspectos da pesquisa e encontrar um modo de tornar possível a realização do projeto. Neste diálogo, de instituição-universidade para instituição-presídio, a diretora concordou com a realização da pesquisa na unidade, desde que se retirasse a oficina de fotografia do plano de trabalho. Agregou que eu poderia pensar em formas de contribuir com o PFF em um momento posterior, depois que concluísse a pesquisa.

O meu trabalho de campo começou, portanto, nessa difícil negociação com os agentes do Estado. Um dos aspectos que favoreceu os entraves de ordem institucional na autorização da pesquisa foi a fragmentação burocrática do sistema penitenciário. Dialoguei simultaneamente com duas frentes – de um lado o DEAP e de outro a unidade do PFF – na tentativa de autorizar a pesquisa, o que revelou certa desarticulação entre ambos e a ausência de um *modus operandi* convergente para solicitações dessa natureza. E um segundo aspecto também corroborou nesse processo: a instabilidade do sistema penitenciário, já apontada por Lemgruber. Foi difícil manter uma negociação contínua e articulada devido à constante troca de funcionários no presídio. Desta forma, as mesmas conversas se repetiram diversas vezes e recebi diferentes posições, partindo de pessoas diferentes, para a mesma situação. A



dificuldade para que eu conseguisse a autorização é o menor dos problemas causados pela instabilidade do sistema penitenciário, que ao que parece, vem permeando o sistema há décadas:

Infelizmente, como bem disse A. Thompson, um dos grandes dilemas da penitenciária no Brasil é a instabilidade. Como inexistem um corpo de técnicos fixos, o sistema peca pela falta de continuidade. Diretores de prisão com tendências liberalizantes são seguidos por outros extremamente rígidos. Os parâmetros definidos por escalões superiores, no que tange ao tratamento dispensado ao interno, modificam-se também quando o cargo de diretor do DESIPE [Departamento do Sistema Prisional] troca de mãos. Com relação a inúmeros aspectos de sua vida diária, a sorte da massa carcerária depende, então, de determinados elementos cuja passagem pelos quadros do DESIPE é efêmera. (LEMGRUBER, 1983, p. 59).

Essa primeira fase do trabalho de campo representou um tipo de teste para mim, e talvez um filtro ou peneira para o sistema. Eu estava mesmo disposta a pesquisar em um ambiente que submete e controla a absolutamente todos que decidem, ou são obrigados por questões penais, a ele se vincular? E quando digo “todos”, é no sentido mais abrangente do termo, porque inclui os agentes prisionais, diretores, educadores, pesquisadores, detentos e seus parentes. Eu estava negociando com sujeitos que também estavam submetendo-se às regras de controle e disciplina, por isso, em nenhum momento atribuo as dificuldades com as quais me deparei a algum sujeito específico – os entraves institucionais fazem parte dos mecanismos de controle e de filtro do sistema. Nessa negociação, tentei conservar ao máximo as ideias iniciais do projeto de pesquisa, entretanto tive que me adaptar às condições e proibições que me foram impostas, caso contrário seria extraída de um sistema que relutava em me aceitar.

## 2.4 MÉTODOS DE PESQUISA

A ideia inicial de usar as oficinas de fotografia como recurso metodológico tinha me convencido, por significar uma boa estratégia de inserção em campo, ou seja, a interação durante as aulas possibilitaria o início de um diálogo com as interlocutoras da pesquisa e a construção de uma relação menos formal do que em entrevistas. Sem ter essa opção ao meu alcance, reestruturei o projeto de pesquisa para fazer entrevistas pontuais com quatro detentas – o presídio não contava com funcionários em número suficiente para que eu pudesse transitar pela instituição e assim ter uma convivência rotineira e mais prolongada com elas, pois alguém deveria me acompanhar todo o tempo.

A primeira questão que se colocava com as novas condições da pesquisa era a seleção das detentas com as quais eu conversaria. Considerando que qualquer seleção *a priori* é em si problemática quando se busca etnografar um contexto social, já que questões relevantes e as interlocutoras principais emergem a partir de uma convivência mais prolongada, tomei a seleção como um mal necessário para poder concretizar o projeto. Sem ter familiaridade com o contexto prisional e tampouco conhecer nenhuma detenta, eu não tinha ferramentas para construir um critério de seleção das interlocutoras da pesquisa. Sendo assim, a agente prisional que estava me acompanhando e me orientando para dar início à pesquisa apontou quatro detentas com as quais eu poderia conversar.

A escolha priorizou abarcar diferentes experiências em torno do encarceramento e, portanto, as detentas selecionadas eram de diferentes galerias e tinham perfis distintos: uma morava na galeria LGBT, outra no berçário (estava grávida), outra na galeria K – galeria destinada às detentas envolvidas com o PCC –, e a outra era da *regalia*, ou seja, trabalhava no presídio e contava com certos privilégios em relação às demais detentas. A agente prisional fez a seleção também em função do poder que as detentas detinham dentro dos seus círculos de convivência: à exceção da *regalia*, eram mulheres que tinham certa voz de representatividade em suas galerias e eram bastante respeitadas pelas demais.

Escolhidas as detentas, o próximo passo foi convidá-las a participar da pesquisa. Fomos, a agente prisional e eu, às quatro galerias falar com cada uma das selecionadas individualmente. Apresentamos o projeto de pesquisa rapidamente para cada uma e frisei que as suas identidades seriam mantidas no anonimato. Todas concordaram em participar, ainda que com reações variadas – algumas, com pouco ânimo sobre a proposta, pareciam estar submetendo-se a mais uma ordem institucional, enquanto outras fizeram perguntas sobre o projeto e demonstraram-se interessadas.

Essa foi a única vez que entrei na área das galerias, onde as detentas residem. A partir daí, minha interação com elas passou a ser individual: as entrevistas transcorreram na sala de visitas e duravam por uma hora. Mais do que entrevistas, no sentido de perguntas previamente estabelecidas, eram conversas nas quais surgiam, sob meu direcionamento, longas narrativas sobre as trajetórias de cada uma e suas percepções sobre o presídio. Entretanto, estas conversas tinham um horário e um lugar marcado, o que lhes emprestava um tom mais formal. Ainda assim, essa formalidade foi se dissolvendo ao longo do trabalho de campo, quando elas começavam a dar-se conta de que eu não tinha perguntas fechadas e que estava não só disposta, como também interessada, em ouvi-las sobre questões e histórias bastante abrangentes.

Nos primeiros encontros, mais do que fazer perguntas de meu interesse, priorizei dialogar sobre temas variados que emergiam de maneira espontânea após a minha apresentação como pesquisadora e dos interesses da pesquisa. Começamos a construir relações e diálogos que, mesmo sob os olhares de censura que nos cercavam, procuravam aliviar as tensões e o incômodo causados pela condição de total controle e vigilância. Assim foi que entre narrativas sobre mortes, armas e drogas surgiam conversas sobre festas e lugares que tanto pesquisadora quanto interlocutoras de pesquisa frequentavam, notícias e análises políticas e risadas sobre temáticas corriqueiras.

O campo relacional envolveu muita negociação nas entrelinhas das conversas e bastante confiança, tendo em vista a instável condição jurídica dos sujeitos da pesquisa. Justamente por ser um lugar de extremo controle, optei por não usar gravador, sabendo que o instrumento poderia inibir ainda mais as interlocutoras. Minhas anotações foram feitas no momento das conversas (formais) e posteriormente as desenvolvia no diário de campo. Apesar do ambiente inibidor e graças à boa vontade das detentas, conseguimos criar vínculos que possibilitaram diálogos riquíssimos entre uma estudante privilegiada que nunca vivenciou o encarceramento e a vida do crime e mulheres cheias de experiências um tanto densas.

Foi buscando cumplicidades e diferenças com essas mulheres que encontrei meu lugar de pesquisadora na instituição, afinal é na posição contrastiva entre dois sujeitos (pesquisador e pesquisado) e suas distintas vivências sociais que se constrói um diálogo antropológico. Portanto, eu jamais me propus, nesta pesquisa, chegar a uma verdade sobre a vida das mulheres encarceradas, mas sim a chegar em uma objetividade relativa – conseguir perceber e ouvir o Outro confrontado com a alteridade – resultante desse encontro antropológico: “(...) mas, dado que o pesquisador se carrega a si mesmo o tempo todo, há de se dizer que, globalmente, ele não está observando essa vida cotidiana ou esses nativos, senão essa vida e esses nativos confrontados com um pesquisador.” (SÁEZ, 2013, p. 152).

Tendo em vista a inevitável assimetria instaurada nesse campo relacional e as relações de poder que este consequentemente engendra, a negociação do conhecimento entre as duas partes passa a ser um caráter fundamental dos aspectos éticos da pesquisa. Neste sentido, me coloquei como pesquisadora desde a primeira interação com as detentas, deixando em evidência os interesses da pesquisa e a possibilidade delas de decidir o que eu deveria saber e o que não. Elas leram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deixou explícitos sua autonomia e direitos enquanto sujeitos da pesquisa, além dos objetivos gerais do projeto.

Mesmo com estes cuidados metodológicos que colocam os direitos e garantias das detentas antes dos interesses da pesquisa, a questão do anonimato como estratégia de preservação da identidade não funcionava neste caso. As trajetórias das mulheres eram inconfundíveis para os funcionários do presídio. Mesmo usando nomes fictícios as mulheres seriam facilmente reconhecidas e nos piores dos casos isso poderia ser usado judicialmente contra elas. Sem cabimento para esse tipo de risco, escolhi um único nome – Gabriela – sobre o qual circulam as narrativas de três detentas: suas narrativas se justapõem em uma única personagem híbrida. Como não é o propósito do conhecimento antropológico relacionar os acontecimentos a um sujeito específico, e sim dar visibilidade a vozes emergentes de contextos marginalizados que, entre si, ressoam e divergem, por vezes, Gabriela pode parecer contraditória. Vale ressaltar, entretanto, que não busco a coerência do sujeito, mas procuro neste trabalho elucidar fragmentos de narrativas e devires de sujeitos que emergiram neste campo relacional um tanto tenso e disciplinado.

Em vista disso, nas próximas páginas serão abordadas narrativas produzidas nesse contexto relacional referentes às trajetórias de vida de mulheres encarceradas; englobando, desta forma, as suas relações familiares e amorosas, a vida da rua, o processo de entrada no crime, o protagonismo feminino no crime e demais aspectos que emergiram nos relatos de maneira a dar sentido aos acontecimentos e, principalmente, ao atual estado de confinamento destas mulheres. Por isso, o próximo capítulo vem para diluir as fronteiras impostas pelos imponentes muros do presídio e transcender uma proposta de estudos que se restringe aos modos de sociabilidade gerados intramuros. Estudar o encarceramento significa extrapolar os limites físicos para fazer ouvir os diversos aspectos mobilizados na significação do aprisionamento, os quais, por conseguinte, são também parte dele.

### 3 NARRANDO NARRATIVAS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES ENCARCERADAS

Este capítulo consiste em uma narrativa minha sobre as trajetórias de vida que me foram relatadas durante as entrevistas no Presídio Feminino de Florianópolis. Inicialmente, meu projeto de pesquisa almejava estudar a construção do sujeito no contexto prisional através das formas de convivência dentro da Instituição. Já nas primeiras entrevistas percebi que elas preferiam falar sobre suas vidas extramuros a contar sobre como é a vida ali dentro: a rotina e a humilhação eram nefastas, de modo que falar sobre isso significava vivê-las novamente. Ao relatar suas façanhas, experiências e dificuldades quando estavam em liberdade, estas mulheres se deslocavam temporal e espacialmente por meio da narrativa, abrindo assim uma lacuna naquela prisão e fazendo com que, por vezes, conseguissem sorrir ao lembrar os bons momentos. Por mais que a vida do crime as tenha conduzido a este degradante desfecho – o aprisionamento – recordá-la significava recuperar, mesmo que momentaneamente, alguma dignidade e reconhecimento social.

A minha flexibilidade e abertura às propostas que estas mulheres me traziam me pareceram ser o mínimo que eu podia oferecer diante da inevitável assimetria relacional do encontro etnográfico – para não dizer que suas trajetórias se demonstraram também mais instigantes para mim se comparadas com os acontecimentos dentro da monotonia prisional. Além disso, com estas narrativas foi possível compreender que a experiência prisional extrapola o momento em que, de fato, se é algemada e encaminhada à Unidade. Não apenas porque o sentido conferido à experiência prisional se intersecciona com diversos âmbitos da vida extramuros, mas também porque a prisão, na maioria das vezes, permeia a vida das pessoas que vivem no crime por meio de suas redes relacionais. A narrativa, desta forma, é tomada neste trabalho como uma fonte etnográfica e como ela própria um regime de subjetivação, tendo em vista que por meio dessa foi possível que elas se colocassem e se construíssem diante de uma estudante da universidade da cidade; ou seja, se colocaram enquanto sujeitos diante de uma relação que não deixa de ser de poder.

Quando falo em processos de subjetivação me refiro aos modos de constituição dos sujeitos e à dimensão política dessa constituição, ou seja, como os sujeitos são constituídos por relações que são também relações de poder (FOUCAULT, 2014). Tais processos engendram uma submissão dos corpos a um poder soberano, e esta submissão, por sua vez, tem dois procedimentos simultâneos: por um lado a sociedade de controle que submete o

corpo mecanicamente, e por outro um controle reflexivo, do sujeito sobre si mesmo (AGIER, 2012). Este último faz-se necessário para que o sujeito se considere coautor da submissão.

Nessa perspectiva proponho um deslocamento da abordagem do sujeito enquanto entidade unificada, substancial, universal e prévia à experiência (MALUF, 2015), dando lugar a um sujeito e a um poder circunstanciais que ganham existência em práticas, relações e narrativas, as quais se reiteram dinamicamente no decorrer da vida dos sujeitos. Nas brechas dessas repetições emergem também outros modos de subjetivação, invertendo assim as linhas hegemônicas de poder (MALUF, 2015). Essas ocasiões possibilitam a emergência de sujeitos que se expressam e tomam iniciativas que contrariam as identidades a eles atribuídas, produzindo a transgressão das relações hegemônicas (AGIER, 2012). A análise destes momentos implica voltar o olhar para as margens, para a desordem e para o conflito, procurando assim privilegiar a capacidade de ação dos sujeitos – a agência.

Assim, nas páginas que seguem trago fragmentos de diferentes trajetórias de vida fundidos em uma só personagem, procurando ir além da literalidade, a fim de evidenciar as relações de poder em que se inscrevem estas mulheres, sua resistência a elas e as agências acionadas em prol de transgredir as relações hegemônicas e perseguir seus projetos de vida.

### 3.1 GABRIELA: NARRATIVAS EM RESSONÂNCIA

“Documento com foto” disse o funcionário do DEAP depois que eu me apresentei como pesquisadora e estudante da UFSC na portaria do presídio feminino. Ele confirmou, fazendo uma ligação, que eu estava autorizada a entrar e me pediu que guardasse meus pertences em um armário, esclarecendo também que deveria deixar meu celular e que poderia entrar apenas com meu caderno de anotações e uma caneta. Deparei-me, na sala em que estavam os armários, com um equipamento quadrado com o formato para que alguém sentasse nele – o qual depois descobri ser um detector de metais –, acompanhado também de um espelho no chão; o conhecido espelho da revista íntima vexatória<sup>1</sup>. Naquele momento não vi nenhuma mulher por ali, e fiquei me perguntando quem me revistaria. Quando terminei de guardar minha bolsa e separar meu material para as entrevistas, o agente prisional me orientou que entrasse no presídio e que aguardasse na administração pela agente que me levaria para o lugar das entrevistas. Para minha surpresa, entrei sem ser revistada.

---

<sup>1</sup> Revista pela qual passam as (os) visitantes de presidiários, em que se faz necessário agachar em cima de um espelho, a fim de que a(o) agente prisional verifique e descarte o porte de drogas ou armas dentro das partes íntimas da(o) visitante.

Na administração todos eram agentes prisionais ou funcionários do presídio, com exceção de uma mulher vestida de laranja que em silêncio varria a sala. Todos me cumprimentaram, eu já os conhecia, mas não a ela, que sequer me olhou. Acompanhada de uma agente prisional, subi uma rampa que desembocava em um portão imponente de metal. Na altura da cabeça, o portão tinha uma janelinha, pela qual era possível ver o outro lado. Apertamos uma campainha, que soou alto e quebrou o silêncio que assolava o lugar. Pela janelinha, apareceu o rosto, com uma interrogação, de uma agente prisional. Eu me apresentei, ela abriu o cadeado e eu entrei.

Fui fuzilada com olhares de todas as partes, intrigados com a minha presença. Eu não estava vestida de laranja e nem de preto – quem sabe a intrusa é uma professora, devem ter pensado –. “Oi Julia”, ouvi. Olhei para minha direita, de onde vinha aquela voz. Uma detenta estava com o corpo virado de frente para a parede, com as mãos algemadas para frente de seu tronco, e com o rosto olhando em minha direção, sorrindo. “Oi”, respondi ao reconhecer Gabriela – já tínhamos nos conhecido quando a convidei a participar da pesquisa. A agente que me acompanhava me indicou a sala de visitas, onde transcorreriam as entrevistas, e disse que esperasse ali. Gabriela chegou logo após.

A sala de visitas possui duas mesas retangulares grandes com dois bancos cada, algumas cadeiras empilhadas em um canto, um ventilador e também uma câmera de segurança. Possui três paredes de concreto, sendo a quarta uma grade, por meio da qual é possível observar quase todo o movimento do presídio: o pátio onde as detentas tomam banho de sol, a sala das agentes prisionais, o alojamento das regalias e do seguro, e algumas outras galerias. Portanto, é uma sala que também é observada por quase todos, por mais que pareça que ninguém está olhando. Foi nessa sala onde transcorreram todas as entrevistas, a exceção de uma, que aconteceu na biblioteca, uma vez que a sala de visitas estava ocupada com aulas.

Dei início à entrevista apresentando os objetivos gerais da pesquisa. Ao ouvir sobre meu projeto, sempre individualmente, todas pareceram surpresas com a escolha e me faziam perguntas sobre a antropologia e sobre o porquê do meu interesse em pesquisar sobre aquele contexto. Soava estranho para elas alguém desejar aproximar-se de um lugar do qual elas apenas queriam sair. Elas então começaram contando, cada qual a sua maneira, o que pensavam que podia me interessar.

Eu ouvi e abaixei o olhar para fazer minhas anotações, levantando a cabeça somente para observar as expressões que Gabriela fazia ao contar, e, de maneira inesperada, deparei-me com outra mulher na minha frente. Gabriela, que tinha 37 anos, com longos cabelos que

cobriam parte do seu rosto branco, de sorriso fácil e com aparelhos nos dentes, ainda contava a mesma história, mas sua fisionomia tinha mudado. Agora ela tinha dez anos a menos, era negra, alta, estava grávida, e possuía olhos escuros e um olhar desafiador. Fiquei observando-a por um momento, mas sem interromper a sua narrativa. Pelo tamanho da barriga, deveria estar grávida de cerca de seis meses. Ainda meio desorientada, consegui me recuperar, voltei meu olhar para meu caderno e continuei anotando. “*Ter a vida marcada pela cadeia é uma coisa que a gente nunca esquece*”, dizia. Comovida com tudo que me contava, olhei para seu rosto de novo, a fim de observar suas expressões. Na minha frente, encontrava-se uma mulher de 36 anos, branca, com uma voz suave. Gabriela, novamente, não era mais a mesma. Cada vez que meu olhar ia de encontro ao dela, sua figura se transformava, sua voz mudava o timbre, mas suas palavras ressoavam e ecoavam da mesma maneira.

Gabriela foi presa no dia 14 de maio de 2015, de modo que quando começamos as entrevistas ela já estava há dois anos e seis meses na cadeia. No total, ela foi condenada a nove anos e quatro meses em pena privativa de liberdade por tráfico de drogas. Passou os primeiros meses em um presídio no interior do estado, mas ele foi fechado e, para seu desgosto, ela foi transferida para o Presídio Feminino da Capital. Disse ela que preferia o outro presídio, onde “*não tinha esse negócio de facção e divisão como tem aqui*”, lamentou. É que aqui ela é da *regalia* – termo utilizado para denominar as detentas que trabalham para o presídio –, e por isso só pode conviver com as demais da mesma galeria. Gabriela nasceu e se criou no interior do estado, estudou até a 7ª série, casou com o atual marido quando tinha 14 anos, e com ele teve sete filhos (o mais velho tinha 18 e o mais novo três anos de idade durante nossas entrevistas). Seu marido foi preso no mesmo momento que ela e durante os meses que passaram presos no mesmo complexo, no interior do Estado, podiam ver-se. No momento ele se encontra preso em outra cidade e não se viam, até a última vez que conversei com ela, há um ano e sete meses, muito embora permaneçam se relacionando por meio de cartas.

De repente, não somente sua voz soava diferente, mas também seu vocabulário, que até então era o típico do interior, passando a ser o clássico “manézinho”, dialeto falado por pessoas nativas de Florianópolis, o qual incorporava gírias das *quebradas*. Ela estava algemada. Olhei para Gabriela, que em nossa primeira conversa estava presa há dois anos e nove meses pelos artigos 33, 35 e 40 da Lei de Tóxicos – tráfico de drogas, associação para o tráfico e tráfico internacional de drogas, respectivamente. Foi condenada a 17 anos e sete meses em pena privativa de liberdade, dos quais tem que cumprir três quintos em regime fechado. Ela tem três filhos, todos de pais diferentes. A mais nova, de sete anos, está morando



com o pai desde que Gabriela foi presa. O do meio, de 16 anos, está morando com a irmã mais velha, de 20 anos. Esta última foi diagnosticada com transtorno bipolar recentemente e passou um mês no IPQ – Instituto Psiquiátrico. Em meio a essa situação, o filho do meio passou a morar com a avó: *“Quando a assistente social me avisou que tinha marcado um parlatório com a minha comadre eu já desconfiei que tinha alguma coisa errada”*, contou Gabriela.

Enquanto anotava, percebi que Gabriela brincava com a chave do cadeado do armário em que guardei minha bolsa. Mas ela brincava apenas com uma mão, a outra estava solta. Não tinha mais algema. Ela falava de maneira muito articulada e era firme em suas opiniões. Tem 29 anos. Estava presa, em nossa primeira entrevista, há cinco meses, e descobriu a gravidez (de seis meses) no presídio. Não queria estar grávida, ainda mais naquelas condições. Já tinha três filhos, todos de pais diferentes. Teve o primeiro com 18 anos. Sua irmã e seu marido também estavam presos. Ela estava em prisão preventiva, esperando seu julgamento, acusada de formar parte de uma organização criminosa. Passou grande parte da cadeia no berçário sozinha, sem dividir o alojamento com outras detentas. Ganhou sua filha já na rua, dois dias depois de que lhe concederam a prisão domiciliar. Atualmente seu marido e sua irmã permanecem presos, e ela, por estar em prisão domiciliar, não pode visitá-los.

São muitas Gabrielas. Inúmeras narrativas, sofrimentos e abandonos. Elas chegaram naquele lugar, o qual da mesma forma que as une, também as divide, de diversas formas e por diferentes motivos. As narrativas têm similaridades, intersecções e divergências. Mas todas elas têm algo em comum: a tentativa, que parte de sujeitos singulares, de dar sentido e algum significado àquela experiência de encarceramento. A busca por sentido, através de narrativas sobre trajetórias de vida e experiências prisionais, é tomada aqui como um modo de subjetivação do sujeito, isto é, o próprio sujeito se constrói através dessas narrativas, já que é uma forma de colocar-se em uma dada relação. O desfecho das narrativas, mesmo que temporário, é a prisão, mas até mesmo o encarceramento é vivido de diferentes formas por estes sujeitos, sendo, por conseguinte, diferentes encarceramentos.

Uma narrativa de vida tem sempre um fio condutor, mesmo que por vezes confuso e pouco perceptível, que é o da transformação e mudança pessoal. O sujeito que conta e que é resultado da narrativa, desta forma, está em um estado diferente do sujeito que é objeto desta:

É porque o eu passado é diferente do eu atual que esse último pode verdadeiramente se afirmar em todas as suas prerrogativas. Ele não contará

somente o que lhe aconteceu em um outro tempo, mas sobretudo como, de outro que ele era, ele tornou-se ele mesmo. (STAROBINSKY, 1970, p.92 apud MALUF, 1999, p. 77).

Essa empreitada, nada fácil, de dar sentido a diversos acontecimentos, relações e mudanças que desembocam em um desfecho considerado trágico pelos sujeitos – a prisão –, é conduzida por um possível significado dado em certas circunstâncias pelo resgate da memória e pela relação entre o pesquisador e o narrador. Mas não se trata, como colocado por Fernanda Cruz (2014), de um resgate de experiências passadas ou da reconstrução de uma trajetória, mas sim de narrativas circunstanciais sobre experiências e trajetórias de vida.

Se o objetivo da narrativa de vida e de experiências é dar sentido e interpretar uma trajetória individual, o objetivo da reflexão antropológica que se utiliza dessa narrativa como fonte é encontrar o sentido social dessa experiência, portanto, a intersecção e a ressonância dos vários sentidos dados às vidas marcadas pela experiência prisional. Tudo isto, é claro, sem ignorar a multiplicidade que emerge das trajetórias individuais dos sujeitos. Não basta, para uma abordagem antropológica, descrever as estruturas de coerção prisional e, tampouco, analisar as trajetórias individuais sem relação com o contexto. É necessário abordar a experiência singular, ligada a uma dimensão coletiva, e o significado dado a essa experiência por sujeitos singulares. No mesmo sentido Bourdieu discorre acerca da história de vida, a qual, em suas palavras:

[...] conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1986, p. 189)

Em vista disso, pensar nas narrativas sobre trajetórias é pensar nas redes de relações em que o sujeito está inserido, e acrescento que pensar nas relações e nos sujeitos passa, no contexto estudado, inevitavelmente por refletir sobre suas histórias de vida.

As narrativas sobre experiências prisionais acabavam conduzindo a narrativas sobre a vida do crime, tentativas e frustrações com trabalhos formais, relações familiares e amorosas, e principalmente sobre a maternidade. Por essa razão, para dar sentido ao encarceramento, as mulheres recorriam a diversos aspectos que não têm uma relação óbvia e direta com o presídio, como reflete Maluf: “Cada percurso individual por essas experiências

confunde-se com a história de vida, modificando-a e dando-lhe novos sentidos.” (1999, p. 71) Logo, as histórias de vida e as experiências prisionais se articulam e se modificam entre si, já que a trajetória individual influencia na vivência prisional e vice-versa.

### 3.2 A VIDA LOKA E AS RESPONSABILIDADES

Para que eu entendesse um pouco de sua vida, Gabriela voltou duas gerações e deu início à sua narrativa: sua avó por parte de mãe engravidou de um estupro, e por ter distúrbios psíquicos foi enviada para o Hospital Colônia Santana<sup>2</sup>. Um casal que trabalhava na instituição adotou a mãe de Gabriela, os quais segundo ela eram “*gente ruim*”, uma vez que frequentemente agrediam-na. Em face dos abusos físicos sofridos, escolheu viver na rua, fazendo com que eventualmente se envolvesse com o crack. Como ela não tinha condições de cuidar das três filhas que teve, o mesmo casal que detinha sua guarda, adotou duas de suas filhas, uma delas era Gabriela. Criada de forma rígida pelo casal que chama de avós, Gabriela sofreu agressões físicas e psicológicas até que começou a se rebelar e, quando tinha uns 14 ou 15 anos, decidiu: “*não vou apanhar mais*”. Colocou suas coisas num saco de lixo e fugiu de casa enquanto eles dormiam. “*Aí fui embora atrás do meu pai*”, conta. Uma vez que não tinha muita relação com seu progenitor, que era usuário de cocaína, a estadia em suas dependências não durou mais que duas semanas, fazendo com que fosse morar sozinha; em suas palavras: “*Me joguei no mundão e conheci as loucuras da vida*”.

A fuga de casa, neste caso, é uma das transformações do sujeito que conduz a narrativa, e que poderia parecer uma forma de não enfrentar uma situação de violência, porém, a fuga deve ser interpretada como a própria agência do sujeito que permite uma transformação de seu estado. Gabriela decide abandonar seus avós, que segundo ela eram “*bem de vida*”, e assumir os riscos da vida autônoma para buscar o bem-estar emocional que não encontrou no lar de sua família. Fernanda Cruz (2014) analisa como a fuga assume a potência de agência em relatos de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional (abrigo e casa-lar) em Florianópolis, Palhoça e Porto Alegre:

Importante ressaltar que esse potencial de agência emerge justamente de uma ação (**fuga**) que, em princípio, caracterizaria um não enfrentamento das situações limite (fugir da mãe, fugir do pai, fugir dos serviços de acolhimento, fugir dos pais adotivos, etc). No entanto, a fuga, embora apareça em sua concretude nas experiências das jovens, não representa

---

<sup>2</sup> Atual IPq – Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina.

apenas um refúgio em algum lugar. Trata-se, como bem observa Deleuze, da fuga em intensidade. E, nesse sentido, não remete apenas a uma mudança espacial (o que aparece em termos de superfície), mas sim de estado, daquilo que elas podem desejar se tornar em situações que lhes exigem um “corte”, uma “ruptura” em relação à impossibilidade que tentaram lhes impor. É, portanto, uma fuga em direção a um “novo modo de existência”. E, por isso, gostaria de enfatizar o tom que a palavra “fuga” assume nos relatos das jovens: o de potência. (CRUZ, 2014, p. 200)

Nesse novo estado em que Gabriela se encontrava, começou a relacionar-se com um homem, no qual ela confessou ter tentado “*se encostar*”. Tendo em vista a frequente agressividade do novo companheiro para com ela, decidiu reagir às investidas físicas sofridas, esfaqueando-o e deixando-o em coma. Como Gabriela era menor de idade, passou apenas seis dias na delegacia, até que sua mãe foi liberá-la. Conta que sua mãe, apesar de se prostituir e usar drogas, sempre atendia a seus chamados e vinha quando ela precisava. Em razão desse incidente, ela passou três anos em liberdade assistida, sendo obrigada a terminar os estudos.

Quando tinha 17 anos começou a namorar um traficante e engravidou. Grávida de quatro meses presenciou o assassinato do namorado, incidente do qual sobreviveu porque conseguiu escapar correndo. Ele morreu “*de tiro*”. “*Me revoltei muito. Tive que liderar tudo que ele deixou. Eu tava grávida e já tava trocando muito tiro, aí decidi dar um tempo*”, lembra Gabriela. Mudou-se de cidade e mais tarde retornou. Namorou dois outros homens, dos quais também engravidou. O primeiro era ciumento e agressivo, não deu certo. O segundo acabou se acomodando quando “*viu que a vida tava fácil*”, já que Gabriela bancava os dois financeiramente. Decidiu separar-se quando sua filha tinha um ano, porque “*o casamento já tava chato*”, disse.

Apesar dos tempos difíceis que passou com seus avós durante a infância, Gabriela sempre manteve uma boa relação com eles, uma relação de cuidado. Quanto à sua mãe, contou que morria de vergonha quando saía pra balada com amigos e a encontrava pelos becos do centro da cidade fazendo programa. Tirou a mãe da rua para cuidar de seus filhos, pensou que a relação com as crianças poderia ajudá-la a melhorar. Sua mãe teve câncer e faleceu aos trinta e poucos anos, fazendo com que, com a perda, Gabriela entrasse em depressão. Apoiando-se no espiritismo, conta que jogou fora todos os remédios antidepressivos e conseguiu melhorar. O seu pai teve quatro passagens pela cadeia, “*era a vida dele, era o que ele sabia fazer*”, conta. Acabou falecendo um ano depois de sua mãe no presídio de São Pedro de Alcântara, devido a um ataque epilético em decorrência do uso abusivo de drogas.

Até aqui, então, a narrativa de Gabriela transcorre por sucessivas tomadas de decisão e de atitude que levam a rupturas com estados de sujeito e com situações, e que acabam provocando transformações: a fuga de casa, a reação violenta diante das agressões do namorado, liderar os negócios do falecido e na sequência decidir deixar o crime por um tempo, duas separações de relações amorosas, cuidar da mãe, e, por fim, vencer a depressão com a ajuda da religião. Nesta última, interessante notar como Gabriela colocou ênfase na atitude de jogar no lixo os remédios antidepressivos, atribuindo assim, sua cura à tomada de decisão e, portanto, à sua capacidade de agir.

A agência do sujeito é tomada aqui como a reconfiguração de formações sociais segundo o contexto, o que só pode ser pensado se o sujeito é tomado como sendo construído a todo o momento, já que “o caráter constituído do sujeito é a própria pré-condição de sua capacidade de agir. Afinal, o que permite uma reconfiguração significativa e consciente das relações culturais e políticas, senão uma relação que pode ser virada contra si mesma, retrabalhada, resistida?” (BUTLER, 1990, p. 22). O campo de relações em que se insere e transita lhe oferece as possibilidades de agência, ou melhor, possibilidades de reconfiguração das relações sociais, e nesse jogo de relações e agência o sujeito se constrói enquanto tal. Destarte, o sujeito é em si circunstancial e jamais é o ponto de partida da narrativa:

Butler (1998) afirma que o ‘eu’ é construído no jogo de ‘posições’ das práticas materiais e institucionais imersas em relações de poder e em discursos que produzem um sujeito viável. Assim, o sujeito não pode ser pensado como seu próprio ponto de partida — e é o sujeito como constituído que permite pensar na sua *agency*. Se o sujeito se constitui no bojo das relações sociais e políticas, é nesse contexto que ele tem a possibilidade de repensar, retrabalhar, resistir e atuar. (BARREIROS, 2008, p. 5).

Justamente pelos sujeitos estarem envolvidos em uma multiplicidade de relações sociais, a agência é condicionada a essas e o sujeito age dentro desse campo de restrições e possibilidades. Deste modo, a agência é sempre histórica e culturalmente construída (ORTNER, 2006, p. 54), e o sujeito nunca é totalmente livre. Gabriela aprendeu e decidiu desde pequena a se virar sozinha, ser autônoma e independente. Diante de situações limites que a vida lhe colocou, como a violência doméstica, ela agiu dentro do campo de possibilidades dispostas pelo seu círculo de relações, e respondeu com a violência que aprendeu. Por outro lado, terminou seus estudos e fez cursos técnicos em decorrência da liberdade assistida que lhe foi imposta. Deste modo, o sujeito se constrói nesse jogo articulado de práticas institucionais e relações de poder que o submetem e o sujeitam, o que vem

complementar à construção de uma relação consigo mesmo (FOUCAULT, 2014), isto é, à capacidade de atuação e de controle reflexivo – de si mesmo sobre si mesmo (AGIER, 2012, p.17).

Ortner (2006) propõe que a diferença entre a agência e as práticas de rotina se estabeleça mediante um *continuum* de intencionalidade ativa no fazer: as práticas de rotina consistem em ações feitas com pouca reflexão enquanto os atos de agência intervêm no mundo com um propósito. Definamos o que a autora entende por intencionalidade:

“Intencionalidade”, aqui, pretende incluir uma ampla gama de estados, *tanto cognitivos como emocionais, e em vários níveis de consciência, que estão orientados para algum fim*. Assim, em agência, intencionalidade poderia incluir enredos, planos e esquemas altamente conscientes; metas, objetivos e ideais um pouco mais nebulosos; e, finalmente, desejos, vontades e necessidades que podem variar de profundamente encobertos a bastante conscientes. Em suma, intencionalidade como conceito quer incluir todas as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito. (ORTNER, 2006, p. 52).

Entretanto, a mesma autora aponta para a necessidade de reconhecer a “onipresente probabilidade de conseqüências não intencionais” (ORTNER, 2006, p. 50), isto é, nem sempre a intencionalidade é totalmente consciente e, tampouco, leva necessariamente ao objetivo almejado pelo sujeito – já que o sujeito não consegue controlar completamente as relações para seus próprios fins.

Ainda assim, a agência tem a ver com a disposição das ações em termos de projetos que mobilizam coisas valorizadas dentro do contexto do sujeito. Esses projetos, desta maneira, são culturalmente construídos e infundem a vida com significado e propósito (ORTNER, 2006, p. 66). Mas tais desejos e intenções emergem num contexto marcado por diferenças estruturais – tanto sociais como de poder. Assim, a agência também é marcada pelas formas de poder que os sujeitos dispõem para agir em função de suas vontades e para influenciar outros sujeitos. Para Ortner, esta distinção entre agência de poder e agência de projetos é uma distinção heurística, porque na prática os dois se fundem – sendo a agência de projeto dependente da agência de poder.

Em um campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significado, agência tem a ver com poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Na realidade, “agência” nunca é meramente um ou outro. Suas duas “faces” – como (perseguir) “projetos” ou como (o fato de exercer ou de ser contra) o “poder” – ou se misturam/transfundem um no outro, ou mantêm sua distinção, mas se entrelaçam em uma relação de tipo Moebius. Além disso, o poder, em si, é

uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência. (ORTNER, 2006, p. 58)

“*Eu sempre fui levando os dois lados, a vida loka e as responsabilidades*”, conta Gabriela. Fez três cursos técnicos e arrumou o primeiro emprego como faxineira na casa de uma psicóloga. Mas a psicóloga era muito perfeccionista, então Gabriela decidiu, “*não quero isso pra mim, aí sai*”. Aqui, mais uma vez, Gabriela decidiu que não era essa a vida que queria levar, provocou uma ruptura com a situação e transformou seu estado a fim de perseguir seus objetivos. Motivada para realizar a festa de um ano do primeiro filho, Gabriela trabalhou como cozinheira em diferentes locais, sendo o mais marcante uma clínica particular de dependentes químicos, em uma clínica “*top*”, disse ela. Ela adorava trabalhar lá, mas sofreu muito preconceito por parte das famílias dos pacientes: em razão de sua cor – é negra –, idade, vocabulário, tatuagens e seu estilo, os quais não se encaixavam no que as famílias esperavam de uma cozinheira de clínica de reabilitação. Passou por muita humilhação, e não aguentou “*engolir sapo*”, motivo pelo qual resolveu ir embora.

Gabriela exerce sua agência resistindo à dominação no caso da fuga de casa, da sua reação violenta às agressões físicas do marido e da decisão de deixar a clínica onde se sentia humilhada. Nos três episódios, ela agiu de forma a sustentar e perseguir seus próprios projetos culturalmente construídos nas margens do poder dominante. Portanto, tanto a agência de poder de dominação como de resistência estão à disposição de objetivos culturalmente significativos para os sujeitos em questão:

“Assim, se o poder e a subordinação de outros sempre está a serviço de algum projeto, também é o caso da resistência; toda a própria dialética da dominação/resistência faz sentido como choque entre projetos de pessoas, suas intenções culturalmente constituídas, desejos e metas.” (ORTNER, 2006, p. 73)

A tentativa de trabalhar *honestamente*, termo usado por Gabriela, ecoou em todas as narrativas e muitas vezes carregada de frustrações. Gabriela trabalhou por seis anos, seu último emprego foi numa joalheria e ótica, fazendo serviços de limpeza. A empresa lhe ofereceu um curso, de nove meses, para tornar-se vendedora. Foi pura ilusão. Ela fez o curso, mas quando abriram as vagas pretendidas não a contrataram: “*Chutei o balde e voltei pro crime*”.

A articulação entre os *dois lados*, a vida do crime e as responsabilidades, estas últimas sendo tomadas como as relações familiares, os trabalhos *honestos*, o cuidado dos

filhos, etc. caracterizam a natureza circunstancial do sujeito; ou seja, como em diferentes contextos e colocados diante de diferentes relações, Gabriela se constrói como sujeito de diferentes maneiras. Neste sentido, a multiplicidade de fatores que fazem com que as mulheres entrem para o crime e a constante articulação entre os *dois lados* supera a dicotomia crime e trabalho e o fator econômico como exclusiva causa. Desta maneira, Gabriela escolhe agências em função da circunstância, como coloca Elias Barreiros:

Nessa perspectiva, os sujeitos se constituem e assumem posições que variam de acordo com a gama de discursos na qual estão inseridos. Assim, como coloca Moore (2000, p. 23), os indivíduos ‘são sujeitos multiplamente construídos, e podem assumir múltiplas posições de sujeito dentro de uma gama de discursos e práticas sociais. Algumas dessas posições de sujeito serão contraditórias e entrarão em conflito entre si’. (2008, p. 6)

Acredito que é necessário pensar o sujeito em sua multiplicidade, em suas múltiplas possibilidades de agência e, por conseguinte, os diferentes estados e escolhas do sujeito não parecerão contraditórios entre si, porque o sujeito em si nunca foi coerente. O que é coerente é a narrativa, e ela é construída por Gabriela de forma a dar um sentido às suas diversas transformações e ao estado atual do sujeito.

A vida do crime, apesar de ser conhecida como *vida fácil*, e até chamada assim por Gabriela, é repleta de riscos, incertezas e perdas. Gabriela já tomou muito tiro da polícia, mas nunca de *vagabundo*. Para ela, é melhor tomar da polícia do que de *vagabundo*. “*No morro eles sobem dando tiro*”. Contou que quando o BOPE sobe a sua *quebrada*, eles falam “*a gente é programado pra matar*”, e ela confirmou, dizendo que “*eles têm muita mira*”. Mas o pior da vida do crime é a liberdade que está em jogo, e Gabriela lamenta que “*todo vagabundo priva primeiro a família*”, referindo-se ao sofrimento das famílias de presidiários.

Para sobreviver nesse meio, são muitas as estratégias usadas. Por muito tempo, Gabriela optou por seguir carreira solo, e assim não era associada a nenhuma facção. Trabalhava na boca da sua *quebrada*. Disse que já bastava tomar tiro da polícia, não queria se arriscar para tomar tiro de *vagabundo* também. Sempre disputou com homens na boca: “*imagina eu no meio daquela homarada*”. Muitos homens tinham resistência em aceitar que Gabriela tinha mais bens materiais do que muitos deles. “*Eu não to presa por causa de marido, eu botei a cara no crime*”, afirma com muita dignidade.

Mas depois de um tempo, decidiu entrar pra facção. Nas *R* – reuniões da facção – era, muitas vezes, a única mulher entre cem homens. Assim, era frequentemente interrompida em suas falas, motivo pela qual tinha que impor-se, dizendo quem ela era – seu nome já era



conhecido no meio do crime – e que estava em sua vez de falar. Gabriela deixava todos impressionados quando ela, assim como eles, tinha que colocar a arma na cintura para cumprimentar com um aperto de mãos, já que a outra mão estava ocupada com as munições. Para ela, a facção é como uma família, mas para ser parte dela “*tem que ser forte nas ideias*”, disse, já que “*na facção é o certo pelo certo*”, isto é, se cometer um erro pode ter que pagar com a própria vida.

Todos os crimes que comete são motivados: “*Tudo que eu faço tem um porquê. Eu não mato por nada, eu não roubo por nada*”. Para Gabriela, no crime tem três tipos de pessoas: a pessoa que está no crime por necessidade, a pessoa que está no crime pela adrenalina, e a pessoa que está no crime porque está acostumada e não sabe fazer outra coisa. No caso dela, foi incentivada pelos três motivos. “*Eu sou viciada em vender droga, peço pra Deus tirar isso de mim*”, lamenta. Por outro lado, gosta de sentir o poder que o crime dá, de saber que se não gostou de alguém, por algum motivo, pode mandar matar e não precisa nem colocar a mão. “*As pessoas te respeitam, mas tem também a ostentação, e a possibilidade de dar o melhor pros filhos, possibilita passear no shopping, na praia...*” Mas ponderou, dizendo que “*O que vem fácil, vai fácil. Então você acostuma os seus filhos pra uma vida, e quando você vai presa, tudo muda*”. Também confessou que sua consciência pesa, mesmo que ela não obrigue ninguém a comprar drogas, às vezes se pergunta quantas famílias ela pode ter destruído assim.

Diante das diversas frustrações e humilhações que o ambiente laboral impôs a Gabriela, o crime aparece como alternativa para um melhor retorno financeiro, para um reconhecimento social e um empoderamento enquanto sujeito. Em sua narrativa sobre o crime, o sujeito assume um protagonismo que não lhe é facilitado de outras formas, colocando aspectos para além do fator econômico. Em um meio majoritariamente masculino, Gabriela consegue, apesar das dificuldades justamente por ser uma mulher do crime, alcançar um reconhecimento social que o trabalho de cozinheira, por exemplo, não possibilitaria.

Na vida do crime, a maioria das mulheres é retratada como ajudante ou cúmplice do companheiro, que lidera os negócios. Gabriela relatou que na cadeia, poucas das mulheres são do crime mesmo, sendo a maioria usuárias de drogas ou *laranjas*<sup>3</sup> dos maridos. Já ela assume uma posição enquanto sujeito que vai no sentido contrário ao que é socialmente atribuído a

---

<sup>3</sup> “Laranja” é aquele que empresta o nome para esconder os verdadeiros beneficiados pelo crime cometido. Estas mulheres são descritas como “laranjas” por efetuarem alguns procedimentos dentro do funcionamento do tráfico de drogas de maior risco em favor de seus maridos, já que não deteriam de um perfil suspeito para a polícia.

uma mulher, posição esta que não é estável, mas está a todo tempo sendo negociada em seu campo relacional. No mesmo sentido, mas tratando-se de refugiados, Agier expõe que:

Está claro que esta mudança (que vem acompanhada de atitudes de violência, diversas formas de ruptura, etc.) não é sistemática. Entretanto, observamos nesta instância uma transformação entre o que se espera que o refugiado faça ou diga dentro do sistema em que se inscreve, e o que ele realmente faz e diz. Consideramos que é neste acionar onde realmente se pode observar e descrever o sujeito (AGIER, 2012, p. 19, tradução nossa).

Logo, Gabriela vê no crime uma possibilidade de existência diante de um sistema que humilha, submete e oprime sujeitos – situação que se agrava por ser mulher – em situações de vulnerabilidade social. Em vista disso, o crime em si é um processo de subjetivação, ou melhor, uma forma de construção do sujeito. O contexto criminal, na medida em que ele próprio é uma possibilidade de produção do sujeito, também submete e sujeita os indivíduos com suas regras e seus códigos de conduta. Mas dentro dele, o sujeito também possui possibilidades de agência, podendo associar-se a facções, seguir no crime de forma autônoma, ser ajudante de alguém que lidera os negócios, etc. Todas estas possibilidades de agência se constituem enquanto estratégias para perseguir seus projetos nas margens do poder dominante.

Desde a opressão que sofria de seus avós até a participação no crime organizado, a vida de Gabriela transcorreu às margens do poder dominante. Seu contexto social e de poder foi moldando a potência de agência dela, ao passo que configurou seus objetivos e intenções de vida. Na trajetória da narrativa de sua história de vida, Gabriela busca o sentido dos acontecimentos nas sucessivas tomadas de decisões, mudanças e atitudes: o que é significativo para ela é a potência de agência que lhe permite proteger seus projetos ou o direito de ter projetos. O sujeito se constrói na narrativa, então, em função de suas decisões e transformações, estas possibilitadas e construídas a partir de sua rede de relações.

### 3.3 O DIA QUE TUDO MUDOU, MAS NEM TANTO ASSIM

Ela já sabia que essa hora ia chegar. O juiz já tinha expedido seu mandado de prisão e Gabriela passou alguns meses foragida. Mas sempre dizia que preferia morrer a voltar pra cadeia. Ela já conhecia o presídio, a tortura e o sofrimento. Faria de tudo para não voltar pra esse lugar. Sua filha, preocupada com a reação da mãe diante a um possível enquadre policial, rezava para que não a pegassem dirigindo sozinha, porque se assim fosse, Gabriela bateria o

carro contra qualquer coisa para morrer. Nas segundas e terças, dias em que geralmente a polícia chega, Gabriela dormia em outro lugar que tinha alugado. Mas foi diferente.

Foi em uma sexta-feira, 6h15 da manhã. Seu filho, saindo para a escola, abriu a porta e deparou-se com os policiais. Assustado, fechou a porta. Eles arrombaram-na e disseram “*deita no chão vagabundo*”. Ela levantou da cama para ver o que era. “*Deita no chão vadia*”, disseram-lhe. Preocupada com seu bebê e já deitada no chão, Gabriela disse “*meu bebê vai cair da cama*”, “*cala a boca*” ouviu. Repetiu, “*meu bebê vai cair da cama*”. “*Pega tua cria e leva com os outros*”, resmungou o policial. As crianças já estavam de pé, morrendo de medo. Os policiais tinham uma foto de Gabriela em seu celular e um papel nas mãos. “*Isso aqui é de vocês*”, disse um deles, referindo-se ao papel. Gabriela foi conferir do que se tratava e percebeu que era uma carta da facção, que não lhe pertencia. Ela retrucou, dizendo que a carta não era dela, e o policial, abusando de sua autoridade, disse “*minha palavra contra a tua*”. Levaram Gabriela, seu marido e sua irmã. De dentro da viatura, ela conseguia ouvir o choro da filha e o barulho dos socos que seu filho dava na parede. Quanto a este incidente, vale refletir sobre o papel da interpelação do policial nos modos de subjetivação do sujeito:

Uma das questões trazidas por Butler, em seu diálogo com Freud, Althusser e Foucault, é a centralidade da noção de interpelação para se pensar os regimes e modos de constituição de sujeitos no contemporâneo. Ela potencializa o exemplo dado por Althusser em ‘Os aparelhos ideológicos do Estado’, em que um policial chama (interpela) um sujeito na rua: ‘Hei, você aí.’ e esse sujeito se volta (obedece à interpelação), num gesto que representa ao mesmo tempo a incorporação da culpabilidade (a interpelação pelo poder) e sua possibilidade de existência, é na interpelação pelo poder que ele ganha existência enquanto sujeito. Não existiria um sujeito prévio a essa interpelação, nem um poder prévio, ambos se constituem nesse ato – que se reitera no decorrer da vida do sujeito, ou seja, também não há um sujeito a *posteriori*, esse ato não é fundacional, mas é a forma reiterativa de uma dinâmica, de um modo permanente e reiterativo de constituição de sujeitos e de relações de poder. É nos interstícios dessa repetição que outros modos se engendram, invertendo o vetor e os sentidos do poder e suas linhas hegemônicas. (MALUF, 2013, p. 147).

Na situação relatada por Gabriela, diante da interpelação do policial para que ela e seu filho deitassem no chão, eles deitaram, obedecendo e incorporando no gesto a relação de poder entre a autoridade do Estado e a suspeita do crime. Entretanto, ela retruca, alarmada pelo perigo do filho cair da cama e também contrariando o flagrante forjado pelo policial. Na interpelação do policial, no ato de obediência e na agência do questionamento, portanto, Gabriela existe enquanto sujeito.

Não havia nada que ela pudesse fazer. Daquele momento em diante, o poder da Instituição sobre o sujeito se reitera dinamicamente em diversos atos e aspectos da vida da encarcerada, e ela, por sua vez, ganha existência enquanto sujeito nessas relações de poder e na obediência ou resistência a estas:

O/A agente prisional que encaminha a presa à cela, tem, geralmente, atitude agressiva, um discurso de contenção e rigidez. No outro lado a presa resiste, reclama, chora, sofre e torna evidente a violência e usurpação de seu direito mais caro: a liberdade. Não passará por essa situação sem, de alguma forma, resistir. Importa, nesse trabalho, o quanto essas práticas vão constituindo identidades. (BRITO, 2007, p. 34).

O processo de encarceramento é um processo que despe o sujeito de sua potência de agência, ou seja, anula temporariamente o direito a ter e perseguir seus próprios projetos. Consequentemente, este se vê obrigado a inventar novos tipos de agência para manter algo de significativo e digno em sua existência encarcerada. Como colocado por Mirella Alves de Brito (BRITO, 2014), que no caso abordou em sua tese as crianças em instituições de acolhimento, o poder judiciário transforma o sujeito em número e lhe institui um novo lugar de sujeito.

O poder judiciário ao mesmo tempo em que toma a criança, como *sujeito de direitos*, porque a lei assim a coloca, também esvazia sua agência, na medida em que em vários momentos do processo a toma como *objeto do direito*. É exatamente no universo jurídico o primeiro lugar a se transformar em número, em caso, em processo. E será aí também instituído seu lugar de *sujeito* e o lugar para ser esse *sujeito*. (BRITO, 2014, p. 235).

Por isto, ao ser encarcerada, a mulher passa por um processo de despersonalização e de submissão ao poder do Estado. O Estado é corporificado na imagem do policial, que no caso de Gabriela, fez o uso abusivo de sua autoridade para deixar em evidência sua relação de poder. Dali em diante, a construção do sujeito gira em torno da submissão ao poder judiciário e policial, dos modos de resistência ao poder dominante e das novas possibilidades de agência que o novo contexto dispõe.

Entretanto, o contexto prisional já era familiar para Gabriela. Não era a primeira, nem a segunda vez que ela entrava em um presídio. Suas primeiras experiências foram como visitante de seu pai e de seu marido. “*Puxei a cadeia toda com ele, porque a gente não abandona*”, disse Gabriela ao contar sobre os anos “*de luto*” que passou enquanto o marido estava preso. Interessante notar como usou a expressão “*puxei a cadeia*”, como se ela estivesse presa junto com o marido o que, de fato, configura outra forma de aprisionamento.

Para a visita íntima, ela tinha todo um ritual de preparação: arrumava sua mochila, levava um lingerie, um lanche para os dois, lençol, a carteirinha de visitante dela, etc. Agora ele está preso no Presídio Masculino de Florianópolis e ela vai às quartas-feiras visitá-lo. A primeira visita íntima como detenta, depois de cinco meses presa, foi um choque. Os dois vestiam a mesma roupa, ela não tinha mais lingerie para levar e não precisava levar sua carteirinha de visitante: agora ela era igual aos outros ali. Apesar de tudo, Gabriela não perdeu o senso de humor e brincou com o marido dizendo “*olha a fantasia que eu trouxe*”. Indo embora, sentiu dor em saber que de lá não voltaria para casa, como era antes, e também de não saber ao certo quando o veria novamente. Este processo de ressignificação do lugar e da visita, que é descrito em termos emocionais por Gabriela como um *choque*, marca a ruptura com um estado de sujeito, e, logo a passagem a uma nova rede de relações e de possibilidades de atuação.

Esta já é a segunda cadeia de Gabriela, mas ela já sabia como era mesmo antes de ser presa. “*A gente que vive no crime já sabe como é*”, disse, mas acrescentou: “*não é a mesma coisa que sentir na pele*”. Segundo Gabriela, na delegacia ainda há esperanças, mas ela já sabe que quando entra no *bonde* – carro que translada a detenta da delegacia ao presídio –, não tem volta. Lembra até hoje quando em sua primeira cadeia, chegando ao presídio, subiu na galeria e uma *sapatona*<sup>4</sup> olhou para ela e disse “*Hm... carne nova no pedaço*”. “*Me deu um susto. Eu desapareí*”, conta dando risada. Hoje essa mulher é sua amiga. Na primeira cadeia, Gabriela lembra que já conhecia, da rua, algumas mulheres: “*Tinha camarada minha presa, aí fica mais fácil, elas ensinam como é*”.

E desta vez, na segunda cadeia, já sabia como funcionava e conhecia muita gente ali dentro. Mesmo sendo mais fácil por entender os códigos do lugar, é doloroso aceitar passar pela mesma coisa novamente: “*já sabia o inferno que era*”, contou falando do desespero que sentiu em saber que ia passar o sofrimento de novo, “*porque você já sabe como é o sofrimento, a tortura*”, contou. Gabriela conhece, da rua, muita gente que chega na cadeia. “*Quando tu tem nome, teu nome gira no mundo dos vagabundos, falam bem e mal*”, disse. Às vezes reencontra fregueses ali dentro, e aí eles a chamam pelo seu apelido da boca.

A fronteira entre o presídio e a vida do crime é mais tênue do que parece. Quem vive essa vida, não precisa ser presa para saber como funciona a cadeia, como se vive ali dentro, e por quais angústias se passa. Como colocado por Gabriela, é diferente vivenciar o presídio

---

<sup>4</sup> Termo usado pelas detentas para denominar uma mulher que se relaciona com outras mulheres e que se veste e adota um comportamento que é socialmente atribuído como masculino.

como presidiária, mas o que quero dizer é que de diferentes formas, estas mulheres já tinham tido experiências prisionais, sendo como visitantes ou como ouvintes de ex-presos. A experiência prisional, isto posto, extrapola suas fronteiras de muros. Da mesma forma, a circulação entre presídio e rua pelas mulheres do crime ou usuárias de drogas, e, desta maneira as relações que vão tecendo, acabam por diluir essas fronteiras.

Pensar a prisão, hoje, implica pensar o seu contexto. O local não é só o *intramurus* e suas relações de poder. Os estudos sociológicos que procuram problematizar a prisão, e os antropológicos que se dedicam a conhecer as práticas sociais desse espaço, necessitarão transcender os muros, “entornar o caldo”, deixando que as bordas da prisão se encharquem de toda a complexidade do fluxo entre o dentro e o fora. (BRITO, 2007, p. 141)

Desta forma, o que está em jogo no processo de encarceramento é mais uma mudança de posição e de estado do sujeito do que de contexto e campo de relações. O sujeito passa a ocupar uma posição diferente em uma rede de relações em que já estava inserido. No entanto, essa mudança influi diretamente nas suas possibilidades de agência, tendo em vista que assume outro lugar nas relações de poder e, conseqüentemente, mudam seus meios de perseguir seus projetos e intenções.

Gabriela, ou as Gabrielas, narrou sua vida procurando dar sentido e tornar significativos os sucessivos acontecimentos que transcorreram e que desembocaram em sua privação da liberdade. Olhando para trás, a partir de um momento reflexivo em que ela se deparou com uma estudante interessada em ouvir como ela se pensava e se construía, escolheu fazer emergir os momentos que considerou marcantes de sua trajetória, que lhe fizeram mudar de caminho, que a transformaram de alguma forma e que a fizeram sentir dona e com o controle de sua própria vida. É provável que diante de sua atual situação de encarceramento, na qual lhe é tirado o direito de tomar as decisões, ela sinta a necessidade de recuperar a sua autoestima e se empoderar por meio da narrativa de sua trajetória, marcada por sua autonomia e sua liberdade. Assim, a narrativa é uma forma de construção do sujeito e faz parte de um processo de empoderamento e de recuperação da dignidade negada na prisão.

## 4 DE MULHER LIVRE A DETENTA

Quando uma mulher passa a ser privada de sua liberdade, não é apenas o direito de ir e vir que lhe é negado, mas também lhe é anulada a sua capacidade de decisão e escolha sobre sua própria vida perdendo, assim, perspectiva de planos, projetos e objetivos. Forçosamente colocadas sob um sistema que as humilha e que quase inevitavelmente nos leva a pensá-lo como uma forma de vingança da sociedade sobre um sujeito “delinquente”, estas mulheres se veem obrigadas a buscar algo de significativo nos novos modos de existência a que estão sendo submetidas.

Lemgruber denomina estas novas práticas adotadas pelas detentas como “modos de adaptação” (1983, p. 89) e as define como respostas individuais ao confinamento a que são sujeitas. Na abordagem da autora, estes modos de adaptação aparecem mais como mecanismos para aliviar as “dores prisionais”, o que envolve uma assimilação de comportamentos, atitudes prisionais e enfrentamento ao poder dominante.

Em contrapartida, no presente trabalho a abordagem é diferenciada na medida em que busca se afastar de uma tipificação comportamental e não compreende as novas práticas como formas de adaptação ao novo contexto, mas sim como uma contínua reinvenção e produção de si (das detentas) através de agências que emergem no novo contexto. Neste capítulo serão trazidos fragmentos de suas narrativas sobre suas experiências dentro das grades, almejando refletir sobre a construção do sujeito no contexto prisional. Como estas mulheres dão sentido à desgastante, humilhante e monótona rotina prisional?

### 4.1 SUBMISSÃO DOS CORPOS E NOVAS POSSIBILIDADES DE AGÊNCIA

A rotina carcerária é nefasta e entediante, não havendo surpresas – a não ser as novatas que chegam –, de modo que todos os dias são marcados pela mesma rotina, exceto quando podem assistir a alguma aula ou oficina. Por isso, qualquer distração ou forma de ocupar o tempo é muito apreciada pelas detentas. No novo contexto, marcado por desigualdades de poder estruturais, as mulheres buscam conservar algumas das relações que tinham antes da prisão através dos meios que têm disponíveis, e ao mesmo tempo passam a cultivar novas relações com mulheres que compartilham da mesma rotina. Neste tópico serão abordadas algumas formas de agência que elas encontram para manter suas relações extramuros, além daquelas praticadas com o objetivo de criar laços afetivos dentro dos muros.

#### 4.1.1 Cartas de amor

Gabriela conhece seu marido atual há muito tempo, foram apenas amigos por anos e desta forma desenvolveram uma forte parceria. *“Eu sou boa, mas sei ser ruim, ele é assim também, a gente tem o gênio parecido”*, disse. Ela fazia trabalhos, roubava e vendia para ele. Ele, por sua vez, sempre a ajudou quando ela precisou. Passou 14 anos preso, acusado de homicídios, permanecendo preso até mesmo em penitenciária federal, localizada em outro estado. Ela sempre ajudava a família dele e enviava-lhe coisas no presídio. Quando ambos estavam solteiros, começou a *“rolar um clima”*, fazendo com que ficassem juntos quando ele começou a sair no regime semiaberto. Quando ele terminou de cumprir toda a pena passou dois meses em liberdade, momento em que foi preso novamente, só que desta vez com ela junto. Gabriela acredita que há males que vem para o bem, e que talvez no ritmo que estavam levando a vida, poderia acontecer alguma coisa pior.

No entanto, por ser ele *“negão”*, os avós de Gabriela, racistas, não o aprovam. Um detalhe importante, aqui, é que ela própria se afirma enquanto negra, e ao falar do racismo dos avós disse *“olha pra mim”* apontando para sua pele, num tom que evidenciava a indignação diante da discriminação dos avós adotivos. Também definiu como *“escravidão”* os maus tratos a que era submetida no ambiente familiar antes de sua fuga.

Seu marido já está cansado da vida do crime, razão pela qual pediu para sair da facção e virou evangélico. Não é o momento de Gabriela entregar-se à religião, mas ela respeita e o apoia. Da mesma forma, o marido teve que aceitar Gabriela assim, do jeito que ela é, uma mulher independente e autônoma. Quando eles se conheceram, ela já era faccionada.

Como já foi dito, Gabriela sempre teve muitos amigos presos e, por isso, já tinha o hábito de enviar cartas. Entretanto, nunca as valorizou tanto quanto agora, às vezes mandava, mas não tinha muito o que contar. Agora ela fica muita ansiosa com o momento de receber as cartas e quando fica entediada ou estressada, adota a escrita como uma fuga: *“Aí vou pra caneta. Faço vários rascunhos, e na segunda eu decido o que eu mando e passo a limpo”*. Só é permitido enviar duas cartas por semana, toda segunda-feira, sendo cada uma restrita a duas páginas (uma folha frente e verso). Então, as redações que não são selecionadas acabam ficando como uma espécie de diário. Tendo em vista que todas as cartas são lidas e inspecionadas pelas agentes prisionais, Gabriela acredita que às vezes essas não são enviadas, porque há cartas que nunca chegam ao destinatário.



Faz três meses que o seu marido não recebe suas cartas, o que inevitavelmente está afetando o relacionamento. Todas as cartas que ela manda voltam para o presídio, dizendo que o endereço é insuficiente, porém o endereço é o mesmo de sempre. O marido, aflito com a falta de comunicação de Gabriela e sem ter notícias ou explicações, acredita que ela vai abandoná-lo.

As cartas, portanto, assumem protagonismo no meio prisional, uma vez que é uma das únicas formas de relacionamento com a rua, familiares e companheiros. Quando o companheiro está preso também, mas em outro complexo penitenciário, impossibilitando as visitas entre o casal, as cartas são o único meio de comunicação. Elas são, deste modo, uma alternativa de agência dos sujeitos que estão em situação de privação de liberdade, na medida em que se constituem enquanto uma postura ativa ou intencional destes em prol da alimentação de suas relações extramuros; o que não deixa de ser uma forma de proteger os seus projetos e intenções nas margens do poder. Em vista disso, a leitura e censura das cartas por parte das agentes não só controla um meio de relacionamento e comunicação, como também é uma forma de sujeição, humilhação e punição do sujeito encarcerado – nem às palavras de afeto as detentas têm livre acesso.

#### **4.1.2 “Mãe, que roupa é essa?”**

O relacionamento com os filhos também é um dilema para as mulheres encarceradas. O filho mais velho de Gabriela sabe que ela está presa, mas os outros dois acham que ela está viajando. Como ela escondeu por muito tempo do filho mais velho que seu pai foi assassinado, ele, traumatizado, ficou desconfiado que, na verdade, sua mãe estivesse morta, e que as cartas que recebia fossem escritas por outra pessoa. Ela não queria que seus filhos viessem visitá-la porque achava que o juiz iria lhe conceder prisão domiciliar em pouco tempo – preferia privar os filhos de conhecer a prisão e passar pelas humilhações a que são submetidos os visitantes –, e porque tinha medo dos sentimentos que emergiriam nela no momento da despedida.

Ela tinha certeza que sairia a prisão domiciliar antes do Natal, mas isso não ocorreu. Por consequência, sem previsão e sem perspectivas para ver seus filhos depois de todos esses meses que passou confinada, concordou com que fossem visitá-la. No primeiro momento do encontro, ficou em estado de choque ao encará-los e caiu em prantos. Os dois filhos mais novos continuaram acreditando que ela estava no presídio a trabalho. Eles perguntavam:

“*mãe, que roupa é essa?*”, “*e esse cabelo? Não tais mais fazendo a unha? A tua mão tá amarela. Por que tu não manda mais áudio? Vai demorar muito?*”. Gabriela ficou sem reação e incapaz de explicar para os filhos sua real situação.

Em nossa conversa, demonstrou preocupação com uma das filhas, que está aos cuidados do pai, um homem racista. Esta filha perguntou sobre o bebê que está para nascer: “*ela vai ser da nossa cor, né?*”. Segundo Gabriela, a filha está pegando as “*manias*” do pai e notou ela mais “*abusadinha*”, além de preconceituosa. Não quis brigar com ela porque fazia muito tempo que não se viam e adotar essa postura quebraria com o bom momento do reencontro. Porém, mais tarde lhe enviou uma carta em que se posicionou e argumentou sobre os comentários preconceituosos. Já o filho mais velho ficava tocando Gabriela, como se não acreditasse que estivesse realmente diante da mãe. Ele perguntou “*posso estudar no Caldeiras?*” (uma escola). Gabriela se encheu de felicidade com a simples pergunta, sentindo que ainda tinha autoridade como mãe. Ela achava que não teria mais o respeito dos filhos pela condição em que se encontrava. O outro filho não aceita as ordens do pai, e disse “*ele acha que me manda, mas tu que me manda, né mãe*”, o que também fez com que ela se sentisse ainda no poder e lugar de mãe.

Ao voltar ao alojamento entrou em choque. Era o momento que tanto temia. Sentiu muita raiva, ódio e desespero. Socava a parede. Surtou. Deram-lhe dois remédios para dormir. Quando o surto passou e Gabriela recuperou sua estabilidade emocional, ficou crítica em relação à aparência dos filhos, achando que estavam descuidados. Ela sabia que, de fato, isso não era verdade, mas não conseguia tirar da cabeça pensamentos sobre como seria diferente se fosse ela quem estivesse cuidando deles. Seu estado depois da visita dos filhos se resumia em uma mistura de sentimentos: raiva, raiva dela mesma e culpa. “*Eu que pequei*”, lamentou.

É chamativo o eco encontrado nas narrativas em relação ao medo das despedidas e à volta ao alojamento. Da mesma forma, escutei de uma mãe que preferia não ter fotos dos filhos nas paredes do alojamento, porque “*dói mais*”. Gabriela vai, de certa forma, se acostumando com a situação de encarceramento, e relembrar as relações da rua acaba por trazer de volta uma dor que já estava anestesiada. O choque descrito por Gabriela ao reencontrar os filhos é o resultado de um contraste causado pelo seu deslocamento situacional: depara-se com as relações que tinha antes da prisão, causando assim um distanciamento e estranhamento da sua situação atual de confinamento. Depois de algumas horas, ela é obrigada a voltar à galeria e ao isolamento físico e relacional – tomar consciência disso é o que lhe causa desespero.

Deste modo, a problemática da despedida dos familiares gira em torno do contraste entre dois estados diferentes de sujeito e entre os modos de subjetivação que engendram: “Os modos de subjetivação podem ser tomados como forma, porque justamente são variáveis, conforme o tempo e condições para sua emergência, e relativos, o que os torna passíveis de a qualquer momento serem desfeitos e refeitos.” (CRUZ, 2014, p. 45).

Por outro lado, não é o isolamento em si que causa tamanha dor. A centralidade conferida à questão da autoridade da mãe no relato de Gabriela retrata o quanto o encarceramento afeta a autoestima da mulher, e não só isso, sua posição na sua rede de relações (de poder). O sujeito encarcerado, portanto, passa a ser refém das influências que os filhos sofrem, e assim, de quem está cuidando destes, já que a mulher encarcerada é socialmente destituída de sua condição de pessoa. Gabriela relatou também ter medo do que o pai de seu filho falava para ele sobre a situação dela. Há, portanto, uma ruptura com a potência de agência do sujeito em relação a sua maternidade, tendo como respaldo a marginalização social da mulher encarcerada. Assim, o sujeito tem que procurar outras formas de agência para não perder seu lugar de mãe – busca que se caracteriza por uma postura carregada de intencionalidade no projeto de não perder seu poder maternal.

Uma das mulheres com as quais conversei tem sete filhos. O mais velho está morando em casa de amigos; o de dezesseis anos com o irmão dela; o de catorze com seu cunhado mais velho; e os outros quatro estão com o cunhado mais novo. Alguém da família denunciou este último para o Conselho Tutelar por maus tratos. Segundo ela, a denúncia foi motivada por disputas materiais, tendo em vista que quem cuida dos filhos tem o direito de morar na casa de Gabriela. Essas quatro crianças ficaram no abrigo por um ano e um mês e recentemente voltaram aos cuidados do cunhado. Quando a assistente social do presídio comunicou-lhe que seus filhos tinham voltado para casa, ela deu um grito de felicidade e atribuiu o desfecho às orações que fez. “*O erro da gente a gente tem que pagar, pode me castigar, mas não meus filhos*”, disse.

Ela está em regime semiaberto, então pode sair do presídio por sete dias a cada 45 dias, tendo direito a cinco saídas dessas no ano; no linguajar prisional se chama de *sair de sete*. Em sua segunda saída de sete, os quatro filhos já não estavam mais no abrigo, e quando ela saiu do presídio o filho de cinco anos estava esperando no carro, acompanhado de seu cunhado e a esposa. Quando a criança a viu, abaixou a cabeça, com vergonha. No caminho até sua cidade, o filho dizia “*o mãe, olha o mar*”, “*o mãe olha aquilo*”, mas por “mãe” referia-se à cunhada dela. Em um momento ele disse “*o mãe, agora é você*” dirigindo-se a Gabriela.

Chegando a casa, seu filho de quatro anos a estranhou por cerca de uma hora, não a chamava de “mãe”. Ela então falava “*a mãe também tá aqui*”, para que seus filhos fossem incorporando que ela era a mãe deles também. Ela já sabia que seus filhos chamavam sua cunhada de “mãe”, mas “*não me doía até eu ver*”, contou. Quanto ao filho mais novo, ela já esperava que ele fosse mais próximo da cunhada do que dela, já que quando ela foi presa ele tinha apenas seis meses e agora tem quatro anos.

Além de ter que lidar com esse estranhamento dos filhos causado pela sua ausência, Gabriela foi proibida, pelo cunhado, de ver o filho de 14 anos até que terminasse de cumprir sua pena. Porém, por acaso, encontrou com ele na rua na sua primeira saída de sete. O outro cunhado, quem cuida de quatro filhos seus, proibiu o filho mais velho dela de ir a casa, por motivos que não vou adentrar aqui. A casa é dela e o filho também, mas ela preferiu respeitar a decisão para não entrar em conflitos com o cunhado.

Entretanto, o conflito foi inevitável e na sua segunda saída de sete eles brigaram. O motivo do desentendimento parece banal a primeira vista, mas o que está no fundo é uma disputa de poder: Gabriela pintou o cabelo de duas filhas, coisa que seu cunhado não tinha autorizado. Para ele, a atitude de Gabriela tirou a sua autoridade em relação às meninas: “*ele disse que eu não era mãe delas, que sou apenas a genitora e que se quiser ter a guarda vou ter que brigar na justiça*”, e continuou: “*tô com medo de chegar em casa e ele não me deixar entrar, tenho pensado muito nisso.*” Além disso, tinha que pedir autorização ao cunhado para levar os filhos em qualquer lugar: “*queria ir no parquinho, tinha que pedir, queria tomar sorvete, tinha que pedir*”. Contou que em razão de todas estas frustrações que passou voltou para a cadeia destruída. Sua postura é de compreensão com a situação, tendo em vista que já se passaram quase quatro anos desde que ela foi presa. “*Eu tenho consciência que saindo daqui não vou ter meus filhos de volta na hora, sei que vai ter uma adaptação e vou ter que conviver com meu cunhado*”, disse.

Apesar do drama vivido por Gabriela, ela busca, da forma que ainda tem ao seu alcance, seu lugar de mãe na relação com os filhos. Para a próxima saída, está preparando uma conversa com a filha mais velha sobre relações sexuais e os cuidados necessários: “*estou me preparando para essa conversa*”, disse. O primeiro casamento de Gabriela foi com doze anos, e ela quer que sua filha seja diferente. Ela também conheceu a namorada do filho de dezesseis anos, e na ocasião olhou bem nos olhos da menina e disse “*sou tua sogra, você é minha nora. Se tu me respeitar eu vou te respeitar também, se tu fizer meu filho feliz vai estar me fazendo feliz também*”. Gabriela também contou com brilho no olhar e um grande sorriso

que uma das filhas fez um calendário e marcou todas as datas em que “*a mãe vem*”, e ainda a filha disse “*mãe sabia que eu não vivo mais sem você?*”.

Na primeira saída de sete de Gabriela, pensou que se alguma coisa não estivesse indo bem com seus filhos, não voltaria ao presídio. Porém tudo estava bem, então voltou. Já na segunda saída, nem cogitou não voltar, já que viu que os filhos estavam bem cuidados e faltava pouco tempo para ela sair em liberdade. Mas Gabriela sofre muito ao ter que despedir-se dos filhos e voltar para a cadeia: “*Dói mais ver meus filhos e ter que deixar eles, do que não ver*”. Aqui se repete a questão já abordada sobre o contraste entre dois estados de sujeito: Gabriela volta ao presídio com um olhar distanciado, o que a faz tomar mais consciência sobre seu confinamento.

O drama que Gabriela vive com os filhos, portanto, gira em torno da perda da autoridade pela desmoralização social que o encarceramento causa. O sujeito, assim, é desprovido do poder que é naturalmente conferido a uma mãe e, ao olhar de alguns, passa a ser apenas uma genitora. Trata-se de uma ruptura com as relações de poder em que o sujeito estava inserido antes do encarceramento e, desta maneira, um esvaziamento na potência de agência do sujeito: ela agora tem que pedir autorização para passear com as filhas, para cortar seus cabelos, para ver o próprio filho.

Diante dessa trágica situação, o sujeito busca resistir e ser reconhecido, ainda como mãe, nas pequenas situações e falas simbólicas dos filhos, que aos poucos passam a chamá-la de mãe, que fazem o calendário para saber quando sua mãe virá, nas conversas sobre sexualidade com a filha – conversa que é tida tradicionalmente de mãe para filha –, e na sua imposição enquanto sogra diante da namorada do filho. Em outras palavras, Gabriela tenta através de fazeres não rotineiros, ou seja, agindo com intencionalidade, manter os vínculos de afeto com os filhos e superar as faltas que sua ausência produziu.

#### **4.1.3 A sacralidade das visitas**

“*Visita é sagrada*”, disse Gabriela, e continuou: “*Podem se matar, mas não na frente da visita*”, referindo-se a duas detentas de facções rivais que vão juntas visitar os maridos no Presídio Masculino de Florianópolis. Com o isolamento físico e relacional causado pelo encarceramento, as visitas no presídio passam a ser uma das únicas formas de relação com a rua e com os familiares, a não ser pelas cartas. Assim, os conflitos existentes entre as detentas

são silenciados em um momento que é de suma importância para todas, independentemente da facção ou do crime cometido.

*“Pra gente tu é uma visita, é alguém que vem conversar, de fora, é um desabafo, um descarrego”*, disse Gabriela. Mesmo eu não sendo alguém da família, eu era um elo com o mundo extramuros e alguém que dava atenção para as suas colocações, inquietações e narrativas. Por conseguinte, a visita, não só tem a função de comunicação com a rua e com a família, mas também de elevação da autoestima de um sujeito que é invisibilizado e marginalizado pela sociedade.

Além da importância relacional que a visita tem, ela é valorizada pelas detentas por todas as dificuldades e humilhações a que são expostas pelo simples fato de serem visitantes de presidiárias. A revista vexatória, por exemplo, é uma das formas pelas quais os visitantes são expostos a situações constrangedoras que acabam por dissuadir as suas idas ao presídio. O filho de Gabriela escreveu uma vez em uma carta *“será que eu vou ter que ficar pelado pra te visitar? Mas tudo bem, por ti eu faço qualquer coisa nessa vida”*. Ao ler estas palavras, Gabriela chorou muito, por um lado emocionada com o sacrifício do filho, e por outro lado sentindo-se culpada por fazê-lo passar por tamanha humilhação, já que ele não se desveste nem na frente da própria mãe. Os visitantes acabam sendo, de certa forma, punidos pelo Estado por serem parentes ou companheiros de presidiárias.

Tem também os familiares que simplesmente abandonam a mulher encarcerada. Gabriela nunca recebeu uma única visita ou uma carta de seus tios. Ela entende a dificuldade de se fazer uma visita, mas esperava ao menos uma carta. Perdoou, mas com aperto no coração: *“Dói saber que o teu sangue não tentou fazer nada por ti”*. Logo, para Gabriela, uma pessoa que a visita está fazendo algo por ela, está ajudando-a. A visita, assim, se constitui enquanto fazer para as mulheres que estão do lado de dentro dos muros, de modo que o visitante não apenas está indo ver uma presa, mas está colaborando para o seu bem estar e, por isso, é extremamente valorizado ao ponto de ser considerado sagrado.

Desta forma, em uma situação de encarceramento a visita torna-se central no processo de empoderamento do sujeito, já que através dela este não só se conecta com a rua, como também se sente valorizado, visibilizado e ouvido. À vista disso, as visitas, assim como as cartas, são práticas prisionais com o objetivo de manutenção das relações extramuros e do bem-estar emocional intramuros. Por essas razões, ela é extremamente valorizada e colocada acima dos conflitos entre as detentas.

Mas não só de visitas vivem as detentas. Na verdade, as visitas são escassas no presídio feminino e o que impera é o abandono. O sujeito encarcerado, assim, busca criar

vínculos na rede de relações que encontra dentro dos muros. De um lado, tem o relacionamento com as agentes prisionais e demais funcionários do presídio; e do outro, as relações que mantêm entre elas. Este assunto será tratado mais adiante.

#### **4.1.4 Galeria LGBT: ser mulher o bastante para assumir**

Além das amizades que são estabelecidas dentro do presídio, as detentas buscam afeto também nas relações homoafetivas. Gabriela é casada com outra mulher que também está presa, sendo ela a única pessoa do sexo feminino com a qual se envolveu em toda a sua vida. “*Me apaixonei e fui mulher o bastante para assumir. Não devo satisfação para ninguém, só para meus filhos*”, disse. Os filhos aceitaram a escolha dela, dizendo que o que realmente importa é a felicidade da mãe. Ela me explicou que dentro do linguajar prisional, as mulheres que assumem o papel masculino na relação, vestindo-se e comportando-se da forma que é socialmente atribuído a um homem, são chamadas de *sapatão*. E as mulheres que assumem o papel feminino e relacionam-se com uma *sapatão*, são chamadas de *lésbicas*.

Elas moram na antiga galeria LGBT, denominada assim por elas mesmas. A galeria contava com 15 mulheres quando comecei o trabalho de campo e no final abrigava apenas 6 detentas – a diminuição foi causada pela interdição do PFF de receber novas detentas. Originalmente, a galeria LGBT foi criada pela demanda das próprias detentas, a qual surgiu em razão de ter envolvimento de mulheres casadas (com homens da rua) com detentas. Isto posto, o marido que era traído por vezes vinha “*tirar satisfação*” com a detenta que tinha se envolvido com sua esposa. Para evitar esse tipo de confusão, criaram a galeria LGBT, fazendo com que eventual homossexualidade fosse assumida perante todas. Sobre esta organização própria e não habitual imposta pelas detentas, temos que:

Se nos mantemos na esfera socializada e relacional – condições indispensáveis do campo antropológico – encontraremos então outra imagem do sujeito ‘que se impõe’, às vezes de modo brutal, que ‘coloca em dúvida nossas maneiras habituais de pensar’ e obriga o descentramento. Refiro-me ao sujeito que se expressa, que toma iniciativas ou que ocupa espaços. (AGIER, 2012, p. 19, tradução nossa)

Sem dúvidas, estamos diante de sujeitos que, descontentes com determinada situação, impuseram sua própria organização ao criar a galeria LBGT, e é através do fazer com intencionalidade que ocuparam o espaço a sua maneira. Neste caso, é notável a disposição do agir intencional em prol de um objetivo e projeto comum.

A criação da galeria LBGT, portanto, foi efetuada para evitar conflitos de infidelidade e, assim, para impor ordem às relações homoafetivas que emergem no contexto prisional. Dentro do sistema criado pelas detentas, a mulher tem que se afirmar enquanto *lésbica* ou *sapatão* para poder ali morar e relacionar-se com outras mulheres. Desta forma, ela se sujeita a estas regras e códigos de convívio, não deixando de serem estes um poder que se impõe sobre o sujeito. Porém, o sujeito ainda tem capacidade de agência: ela assume sua orientação sexual e seu papel dentro da relação homossexual, se esta for sua vontade.

Todavia, agora a galeria não se restringe apenas às detentas homossexuais, considerando que a nova gerência desmontou tal organização sob o argumento de que se tratava de um ato discriminatório. Segundo Gabriela, não há problemas na convivência, uma vez que elas mesmas não aceitam envolvimento com mulheres casadas.

## 4.2 O OUTRO: DIFERENCIAÇÃO, EXCLUSÃO E DEPENDÊNCIA NAS RELAÇÕES PRISIONAIS

A construção de uma relação consigo mesmo é impossível de ser afastada do seu contexto e de sua rede de relações mais ampla: o sujeito jamais se constrói enquanto essência ou algo que lhe é substancial, mas a partir de processos relacionais de contraste e diferenciação. No Presídio Feminino de Florianópolis a gama relacional é um tanto reduzida se descartarmos as visitas, resumindo-se em uma rede que engloba os agentes prisionais, os educadores e profissionais da saúde, a gestora da Unidade e as detentas. Estas últimas, por sua vez, não formam um grupo homogêneo, uma vez que se dividem em função de fatores que produzem rivalidade ou não aceitação entre os grupos.

### 4.2.1 Mulheres de preto

Para falar sobre o convívio entre as detentas é preciso primeiramente entender sua relação com os agentes prisionais. Há poucos homens exercendo a função de agentes nas galerias do PFF – geralmente os agentes homens trabalham em funções que não os coloca em convívio constante com as detentas. Todas as detentas com as quais conversei não generalizaram o perfil das agentes: depende, diziam, algumas são bem *humanas* e outras gostam de provocar. *Humana*, nesta categorização nativa, corresponde a alguém empático e sensível em relação à situação em que se encontra o sujeito encarcerado, e adota uma postura mais respeitosa na relação com as detentas. Por outro lado, uma agente que “*gosta de*



*provocar*” adota atitudes que reiteram as estruturas hierárquicas e colocam em evidência a situação de vulnerabilidade das detentas. Apesar dessa ponderação em relação ao caráter das agentes, as narrativas sobre as experiências prisionais foram construídas em torno da diferenciação em relação às agentes, demonstrando que há uma fronteira bem definida entre os dois grupos, mesmo quando a agente é mais *humana*. Agentes e detentas parecem constituir a dualidade em que se ancora a rede de relações prisionais, tendo em vista que o sujeito se constitui a partir da sua diferenciação em relação a outros sujeitos. Nesse norte, Butler explica:

Em certo sentido, o sujeito é constituído mediante uma exclusão e diferenciação, talvez uma repressão, que é posteriormente escondida, encoberta, pelo efeito da autonomia. Nesse sentido, a autonomia é a consequência lógica de uma dependência negada, o que significa dizer que o sujeito autônomo pode manter a ilusão de sua autonomia desde que encubra o rompimento que a constitui. Essa dependência e esse rompimento já são relações sociais, aquelas que precedem e condicionam a formação do sujeito. Em consequência, não se trata de uma relação em que o sujeito encontra a si mesmo, como uma das relações que formam sua situação. O sujeito é constituído mediante atos de diferenciação que o distinguem de seu exterior constitutivo, um domínio de alteridade degradada associada convencionalmente ao feminino, mas não exclusivamente. (1990, p. 21)

Neste sentido, as detentas com as quais conversei se colocavam nas narrativas sempre em oposição às agentes, ganhando existência enquanto sujeitos na relação de alteridade, diferenciação e exclusão. Conferiam um tom de rivalidade quando evocavam as agentes nessas narrativas – com exceção das *regalias*, que como será discutido mais adiante, as quais tem uma relação diferente com as agentes. Mas ainda assim, as detentas expressaram que preferem manter boas relações cotidianas com as agentes, já que na relação assimétrica em que estão inseridas acabam sendo prejudicadas nas afrontas ao poder. “*Contra força não há resistência*”, disse Gabriela, e acrescentou: “*a prejudicada vai ser sempre eu*”. Então, para elas não vale a pena bater de frente, é como “*dar soco em ponta de faca*”.

Não obstante, uma delas já foi punida sete vezes por mau comportamento. Esta punição é rotineiramente chamada pelas detentas de *castigo*, entretanto quando usei este termo nos diálogos com a gestão da Unidade me foi informado que é proibido usá-lo, sendo que a Instituição emprega o termo *medida disciplinar* ou *MD* para a punição. O MD consiste em 30 dias sem televisão, rádio, ventilador, pátio e visita, podendo ser cumprido em uma cela isolada, localizada nos fundos do Presídio Feminino de Florianópolis ou de *bonde*, ou seja, em outra cadeia. Quando a detenta puxa *bonde*, convive com mulheres de outros presídios que

estão cumprindo MD também, e é uma ocasião em que intercambiam experiências das diferentes cadeias. Gabriela contou que antes costumava se enfrentar com as agentes, e agora – como já é “*figurinha marcada*” – expressou que está tentando mudar sua imagem para não ser mais prejudicada. De fato, ela esteve algemada em todas as entrevistas, diferente das outras detentas. Quanto a esta escolha estratégica pela obediência, podemos dizer que é parte de uma agência:

A relação entre o individual e o social na constituição do sujeito e da subjetividade, e as possibilidades de *agency* do indivíduo, como coloca Moore (2000), estão ancoradas na interseção da história pessoal com discursos e identidades coletivos, na qual se dá a relação entre estrutura e práxis. Segundo a autora, resistência e obediência são elementos que podem ser considerados como parte de uma *agency*, e também são aspectos constituintes da subjetividade. (BARREIROS, 2008, p. 47)

Num contexto marcado por relações explicitamente assimétricas e atos de poder que se repetem e se reiteram ao longo da experiência prisional, a punição já é conhecida e evitada pelas detentas, de sorte que elas optam pela obediência como estratégia para uma vivência menos violenta. Portanto, a obediência às ordens das agentes é em si uma agência do sujeito, no sentido que consiste na adoção de um agir pacífico com a intenção de proteger o seu bem-estar.

#### 4.2.2 As *meninas* das galerias

Difícilmente há brigas dentro do presídio – elas não aceitam esse tipo de conflitos e, por isso, existem regras de convivência impostas pelas próprias detentas. Por exemplo, quando duas detentas de galerias diferentes estão conversando por sinais com as mãos, as outras são proibidas de olhar a conversa. Das 22h às 10h é o chamado *horário do silêncio*, que segundo Gabriela é uma imposição dos presos de todos os presídios do estado, ou seja, uma *batida de cadeia*, porque “*tem que respeitar o sono do ladrão*”. Na hora da novela e dos jornais, as conversas têm que transcorrer em um tom mais baixo para não atrapalhar as companheiras de cela que estão assistindo. Ademais, há regras para a higiene: é preciso tomar banho depois de ir ao banheiro e é proibido ir ao banheiro quando alguém está comendo, considerando que este não tem porta.

Gabriela fez tanto amizades, como inimizades na cadeia, que irá levar para a rua. No Natal, ela organizou um amigo secreto com algumas meninas e improvisaram presentes com o que tinham a disposição no presídio, como artigos de higiene pessoal. Algumas das mulheres que participaram do amigo secreto nem sabiam do que se tratava a brincadeira, pois moraram na rua a vida inteira. Gabriela contou que choraram de emoção na ocasião.

Segundo Gabriela, esta data comemorativa está entre os piores dias passados em confinamento, pois remete e coloca em evidencia a ausência da família. Sem a possibilidade de comemorar em família, o sujeito coloca sua intencionalidade na busca de outras formas de significar o dia e dar algum sentido ao Natal atrás dos muros. Está claro que o que está em jogo no amigo secreto não são os presentes materiais, já que elas fizeram trocas de artigos a que todas têm acesso. O que realmente importa é a interatividade que a brincadeira provoca entre as participantes e, assim, a construção de relações e afetos em um ambiente onde impera o sentimento de abandono e marginalização.

Apesar destas formas de convivência que aparentemente emanam cumplicidade entre as detentas, foi recorrente nas narrativas a reclamação sobre a inveja e a fofoca no ambiente prisional: “*Tudo se resume em inveja*”, disse Gabriela. Estas atitudes são também formas de construção de relações, mesmo que não amigáveis. Não cabe neste trabalho adentrar aos motivos que geram estas formas de relacionamento que tem a competitividade como pano de fundo, mas vale a pena ressaltar que estas não deixam de ser maneiras pelas quais os sujeitos se relacionam e ganham existência enquanto sujeitos e, portanto, fazem parte dos processos de subjetivação no contexto prisional.

Já o sentimento de reciprocidade entre as detentas emerge principalmente quando elas são colocadas em relação às agentes prisionais: elas deixam de competir entre si para colocar-se como grupo em relação ao Outro. Quando há um acontecimento que é considerado uma injustiça pelas detentas, elas causam um *tumulto* e *balançam a galeria*. No dia do ano novo, por exemplo, as visitas chegaram à porta do presídio e não puderam entrar por falta de funcionários na Instituição para realizar os procedimentos necessários. Nessa ocasião, as detentas gritaram e fizeram um *tumulto* nas galerias.

Também ouvi um relato em que o tumulto não foi causado por um interesse comum, mas pela solidariedade a uma presa. Ela estava passando muito mal de saúde e nenhuma agente prestou socorro. Uma detenta então começou o *tumulto* e disse às agentes: “*se em 15 minutos a ambulância não levar ela, eu vou quebrar esse presídio inteiro*”. O desfecho foi

uma grande agitação nas galerias, a presa foi levada pela ambulância e a mulher que começou com o *tumulto* cumpriu medida disciplinar.

Segundo os relatos de Gabriela, as detentas *balançam a cadeia* “quando a gente quer reivindicar alguma coisa ou quando tem algum tipo de covardia com alguma presa, ou por questão de saúde”. Diante de tratamentos considerados injustos, as detentas começam a agitar-se verbalmente e depois começam o *chute na lata* (fazem barulho com as portas de metal das galerias). O ato se prolonga até que se entre em um acordo com a gestão. A negociação é feita por “quem é bom de conversar”, não sendo reservada a alguma liderança específica – “na visão delas (das agentes) é líder de cadeia”.

Portanto, mesmo exercendo relações de competitividade entre si, quando colocadas em relação à alteridade, emerge um sentimento de pertencimento a um grupo que não é o Outro. A noção de pertencimento então dá lugar à reciprocidade entre as detentas, e aí elas disparam agências que invertem as linhas hegemônicas do poder: os *tumultos* que causam são fazeres intencionais que desestabilizam a ordem social vigente em prol de uma reivindicação comum:

(...) tenta observar *tudo aquilo cujo lugar é a fronteira*: tanto o que acontece em uma situação específica – situação limite, isto é, liminar – como o que provém do seu *exterior*, aquilo que se produz e que, *além disso*, altera a ordem identitária existente. Como vemos, este terceiro descentramento é político no sentido que privilegia o *acionar* e o momento de mudança que introduz uma modificação na ordem social dada, gerando assim a possibilidade de ver e de compreender o movimento e a mudança que estão ocorrendo. Atribuímos ao ‘sujeito’, de modo geral, esta capacidade de ação. (AGIER, 2012, p. 11, tradução nossa)

Os *tumultos* são situações limites em que as detentas se colocam enquanto grupo em relação à alteridade – as agentes – com um objetivo comum. Mencionei que elas preferem atitudes de obediência em suas práticas rotineiras, sendo o enfrentamento ao poder visto como inútil e prejudicial. No entanto, nestas ocasiões em que ocorre a união a serviço de uma demanda do grupo, o enfrentamento ao poder traz sim resultados que são alcançados através de um acordo com a gestão. Mesmo que tal desordem cause prejuízos individuais – algumas detentas podem ser punidas com MD – é vista como uma estratégia de fato eficiente. O tumulto é, assim, um momento político porque coloca intencionalidade num agir coletivo que tem como objetivo modificar algo considerado uma injustiça.

### 4.2.3 Nem tão ao céu, nem tão ao inferno: as *regalias*

Para ser da *regalia* é preciso ter um bom comportamento. As *regalias* trabalham para o presídio: na cozinha ou na limpeza. Para trabalhar na cozinha faz-se necessário conquistar a confiança das agentes prisionais, tendo em vista que no trabalho se manipulam facas e está a possibilidade de envenenamento. “A gente acha que não, mas elas estão sempre de olho”, falou Gabriela, da *regalia*, sobre a constante vigilância das agentes. Trabalhando na cozinha, a *regalia* recebe um salário mínimo, do qual 25% fica para o presídio, e uma cesta básica. Pelo trabalho ganha-se também a remissão<sup>5</sup>: quando o mês tem 30 dias, são 8 dias de remissão, quando o mês tem 31 dias são 9 dias de remissão. Apenas duas presas trabalham por plantão da cozinha, sendo que cada dupla trabalha cada dois dias, por 15 horas.

No alojamento das *regalias* há poucas brigas e discussões, mas há muita inveja, mesmo que todas ganhem o mesmo salário. Uma das mulheres com quem conversei e que é da *regalia* relatou que as onze que moram em seu alojamento se suportam, convivem, mas não se gostam. “Eu não tenho nenhuma amiga, tem umas que tenho mais afinidade”, e acrescentou, “não boto minha mão no fogo por ninguém ali dentro”. Na relação com as agentes, estas detentas não têm problemas ou confrontos.

As *regalias* são consideradas *seguradas* pelas *meninas* das galerias. No *seguro* estão as presas que cometeram crimes que não são aceitos pelo restante das detentas, como estupro, crimes contra crianças ou idosos, *caguetagem*<sup>6</sup>, violência contra filhos, tortura no sequestro, etc. Uma detenta das galerias argumentou que não tem como aceitar esses tipos de crimes e que há uma grande diferença entre esses e o tráfico de drogas, por exemplo. Uma traficante, segundo ela, não obriga ninguém a usar drogas, enquanto para obrigar alguém a ter relações sexuais a pessoa tem que ter a índole muito ruim. Fica em evidência, portanto, uma dimensão de valores e de moralidades que opera ao discriminar certos crimes e as alianças com as agentes, o que acaba por produzir uma ética interna ao presídio. Já as *regalias* não discriminam as *seguradas*, e inclusive, se a presa perder a *regalia* ela passa a ser *segurada*, já que não pode mais ter convívio com o restante das presas: ela já escolheu o lado – “trabalham pra polícia” e “elas gostam de tá ali puxando saco da polícia”.

---

<sup>5</sup> Refere-se à diminuição da pena privativa de liberdade pela execução do trabalho prisional. Para as detentas que não são da *regalia*, uma das formas mais usadas como remissão é o crochê: suas famílias podem enviar linha de crochê e a detenta pode confeccionar um trabalho que contará como remissão ao final do mês.

<sup>6</sup> Termo usado pelas detentas para denominar o ato de entregar ou denunciar outra pessoa para a polícia.

Sendo assim, para as *meninas* das galerias as *seguradas* e as *regalias* estão do outro lado do jogo, e elas chamam todas de *seguradas*, não as diferenciam: “*segurado pra gente não é gente*”. As agentes, em tom provocativo, por vezes comparam as *meninas* das galerias com as meninas do *seguro*, o que as irrita profundamente, já que as *seguradas* são repudiadas por elas. Para Gabriela, uma *segurada* “*não paga veneno que nem nós*” – elas dispõem de melhores condições de habitação, trabalho e melhor tratamento pelas agentes. Além disso, as *regalias* foram proibidas de falar com as detentas das galerias pela nova gestão da Unidade, segundo relatos das detentas das galerias. Na opinião de Gabriela, é “*por medo delas passarem informação, porque elas ficam sabendo de tudo*”.

A *regalia* com a qual conversei enxerga a galeria como um lugar onde a bagunça impera: “*fazem tudo que você possa imaginar*”. Por isso, ela prefere ficar na *regalia* ou no *seguro*, onde tem mais tranquilidade. Ela não conversa com as *meninas* da galeria e se mostrou indiferente a elas: “*tanto faz, o que importa é minha família lá fora*”. Antes de conhecer o presídio, ela tinha muito medo porque tinha ouvido falar que nas rebeliões o primeiro lugar invadido é o *seguro*. Contou que isso é muito incomum e apenas uma vez viu que pularam o muro e agrediram uma detenta do *seguro*. Ela tem boas relações com as agentes prisionais e prefere quando a direção do presídio assume posturas mais autoritárias.

Assim, as detentas se constituem como sujeitos em oposição e conseqüente dependência ao que não são, diferenciando-se ao mesmo tempo em que constroem uma alteridade degradada: de um lado, as detentas das galerias existem enquanto tal apenas em oposição às agentes e às *regalias/seguradas* – estas últimas são indistinguíveis do ponto de vista das galerias, são o Outro que não é agente e, portanto, não têm poder em relação a elas, mas que não sofre as mesmas condições de encarceramento. De outro lado, as *regalias* continuam sendo sujeitos presidiários, mas num plano hierárquico distinto das detentas das galerias. Desta forma, sua constituição se dá em oposição ao restante das detentas e às agentes prisionais – ainda que mantendo boas relações e de certa forma trabalhando para as agentes, estão submetidas a uma relação de poder que evidencia a hierarquia relacional. Não conversei com nenhuma *segurada*, razão pela qual não posso abordar suas narrativas sobre a rede relacional.

Certa vez, uma detenta das galerias que estava grávida dividiu o berçário com uma *segurada*, suspeita de ter sido conivente do abuso sexual de sua filha pelo marido. Por um lado, ela entendia a situação, já que o marido era o pai de seus seis filhos e, à luz disso, a mulher era totalmente dependente dele financeiramente, o que pode ter neutralizado uma possível tomada de atitude em defesa ou proteção da filha. Mas às vezes, Gabriela acordava

com vontade de tomar alguma atitude drástica. “*Quando tu voltar pro seguro tu não dirige mais a palavra a mim*”, disse à *segurada*. Ela poderia ter mandado a mulher embora do berçário, mas não o fez porque não queria que a criança ficasse no *seguro*, convivendo com *duques* – mulheres que abusaram de crianças e filhos. Assim que a criança foi embora do presídio, tiraram a mulher do berçário, por medo do que Gabriela poderia fazer.

Interessante como no relato Gabriela oscilava sua opinião em relação à *segurada*: por vezes ela entendia o contexto social e familiar da mulher, que pode tê-la levado a ser conivente com o crime, e em outros momentos era um crime inaceitável para ela. E ainda, colocou a preocupação com o bem-estar do bebê acima das regras de convívio da cadeia: ela jamais conviveria com uma *segurada* se não fosse pelo cuidado com o bebê. Esta situação coloca em evidência um conflito dos valores que motivam as agências: a proteção ao bebê enquanto ato de humanidade entrou em choque com uma ética do presídio. Foi uma situação que provocou uma ruptura com a ordem vigente, já que existiu um convívio fora do normal e, nesse deslocamento o sujeito se viu obrigado a pensar e negociar as moralidades que o motivam.

Em outro relato, uma mulher da galeria contou que certo dia as agentes disseram: “*agora teu pátio é junto com o seguro*”. Ela, que pertence a uma facção, não podia conviver com *seguradas* sem tomar atitudes contra elas, senão a facção a mataria quando saísse da cadeia. Diante de tal situação, dirigiu-se às agentes: “*tu quer ver quem eu sou de verdade?*”. Ela então saiu para o pátio e gritou pras meninas do *seguro* “*quem quiser se arrumar é só sair pro pátio*”, em um tom ameaçador. Ninguém saiu. Gabriela, indignada, me disse: “*Como vão colocar o pátio do seguro junto com faccionada?*”.

A detenta, quando é faccionada, aceita sujeitar-se às regras da facção, e uma delas proíbe a convivência com *seguradas*. As agentes a colocaram em uma situação em que ela seria obrigada a agir violentamente contra as *seguradas*, considerando que se não o fizesse pagaria com a própria vida. Nessa situação, também limite, em que se produziu novamente uma alteração da ordem do presídio, a identidade da detenta foi colocada em questão: se ela não tomasse uma atitude contra as *seguradas* como poderia continuar afirmando-se como faccionada? Tal conflito evidencia o atravessamento das distintas forças que compõem a agência, que podem ser contraditórias entre si: ela se sujeita às regras da facção e do presídio ao mesmo tempo, e nem sempre estas convergem. Desta forma, sua saída foi a ameaça e com ela, não se fez necessário quebrar as regras.

#### 4.2.4 A galeria K

Nos fundos do presídio ficava a galeria K. É uma galeria isolada do resto da Instituição: de lá não se alcança a ver ou ouvir ninguém além das que estão compartilhando do mesmo alojamento. Do lado dessa galeria fica também o alojamento onde se cumpre a medida disciplinar, ou seja, é um lugar marcado pelo isolamento físico em relação ao resto da cadeia. A galeria K serviu de moradia para as detentas ligadas ao PCC – Primeiro Comando da Capital.

O PCC, em seu movimento de expansão pelo controle do tráfico de drogas nacional, tem investido forças para disputar o comando do tráfico em Santa Catarina nos últimos anos. O tráfico da região é dominado há anos pelo PGC – Primeiro Grupo Catarinense – e a invasão da facção rival tem gerado confrontos violentos e elevado alarmantemente o número de homicídios na região. O PGC ainda possui a hegemonia do poder em Santa Catarina e, segundo Gabriela, comanda todas as cadeias do estado. Assim, presas associadas ao PCC não tem *convívio*<sup>7</sup> com o restante das detentas: “*é uma ordem que vem de cima*”, disse Gabriela.

Na galeria K moravam seis mulheres e nenhuma delas tinha sido batizada<sup>8</sup> para entrar para a facção, mas como os maridos eram faccionados elas foram consideradas, pela Instituição, associadas à mesma organização criminosa. Segundo alguns relatos, o PCC não aceita *batismo* de mulheres, enquanto o PGC sim. Por não terem *convívio* com as outras detentas, não podiam ir ao pátio, trabalhar ou estudar, ficavam trancadas o dia todo no que uma delas denominou ser uma *jaula*. Ela se sentia injustiçada em relação às detentas do PGC, que apesar de serem faccionadas viviam no presídio como qualquer outra detenta. Durante o período em que se transcorreram as entrevistas, essas seis mulheres foram transferidas para outro presídio, o qual tem um espaço maior destinado ao PCC.

A relação de alteridade das detentas das galerias em relação às detentas do PCC é diferente da alteridade produzida em relação às agentes e às *regalias*: as detentas das galerias respeitam as detentas do PCC. O crime cometido, geralmente tráfico de drogas ou participação de organização criminosa, não é um crime repudiado, entretanto, não há *convívio* porque é “*uma ordem que vem de cima*”. Assim, mesmo mulheres que não foram batizadas por nenhuma facção não mantêm relações com as mulheres do PCC, já que como são do

---

<sup>7</sup> Ter ou não *convívio* significa que a detenta pode ou não relacionar-se e dividir cela com outro grupo. A *regalia* e o *seguro* não têm *convívio* com as galerias, por exemplo. Isso é determinado por uma negociação entre as agentes e as detentas, que avaliam o crime cometido ou a associação a uma facção.

<sup>8</sup> Refere-se ao procedimento ou ritual efetuado para que um indivíduo seja de fato considerado pertencente à facção.



crime do estado, seguem as normas deste. Portanto, pela hegemonia do poder no crime em Santa Catarina, as detentas se sujeitam às regras de convívio impostas e incorporam, no ato da exclusão, as relações de poder vigentes no crime, que acabam por atravessar os muros do presídio. Diante dos modos como se constituem os campos de força no presídio, o que inclui a guerra de facções, as detentas se diferenciam em relação ao Outro – detentas do PCC – e o excluem continuamente. Entretanto, este Outro não representa uma alteridade degradada tal como acontece com as agentes e com as *regalias*: elas são *gente*.

Muitas trajetórias divergentes se cruzam no contexto prisional e este passado não é apagado com tal ruptura. Uma vez encarceradas, as mulheres se organizam e inventam novas formas de dar significado e vida a uma realidade presente. Estes fazeres e significados se interseccionam com a vida extramuros de forma a diluir as fronteiras impostas pelas grades. Sendo assim, as detentas buscam manter relações com a rua e com os familiares – o que é recheado de frustrações e dificuldades – ao mesmo tempo em que passam agir para dar sentido ao novo contexto e proteger projetos próprios. Esses novos fazeres são recortados pelas trajetórias individuais e também pelo campo de forças que compõe o presídio. Portanto, os diferentes modos de agência no contexto prisional são atravessados por linhas de forças – regras da facção e do presídio, por exemplo – que por vezes são contraditórias entre si. As produções para além das normas do próprio presídio, sobre as quais discorri neste capítulo, são todas modos de agência. Nesse contexto, as Gabrielas ganham existência enquanto sujeitos ao sujeitar-se às várias regras, sejam elas da facção, do crime ou do presídio, resistir a outras e acionar agências para perseguir seus projetos.

## 5 APONTAMENTOS INCONCLUSIVOS

Comecei este trabalho situando a minha produção no contexto mais amplo das discussões antropológicas vigentes sobre o sistema prisional e do lócus específico da pesquisa, apontando para os procedimentos institucionais que se fizeram necessários para adentrar em uma instituição total e os consequentes desdobramentos desta longa negociação no método empregado na pesquisa. Posteriormente, passei ao desenvolvimento propriamente dito da descrição etnográfica e respectiva análise, que distribui em dois capítulos: destinei o primeiro a tratar das trajetórias de vida das mulheres encarceradas até o momento do aprisionamento, e o segundo às reformulações dos fazeres destas mulheres no novo contexto – abordando o modo de significar essa transformação e a nova rotina a que forçosamente estão sujeitas.

Não estou certa, contudo, de que esta foi a melhor escolha ou ao menos a opção mais adequada. Acredito que ter separado histórias de vida e passado, de um lado, e as experiências prisionais e presente, de outro, pode produzir uma noção dicotômica. E na verdade, tal dicotomia é justamente o que busquei transcender em minha abordagem. Propus-me, no início da pesquisa, a estudar os sujeitos que emergem no contexto prisional e as narrativas que produzem sobre o confinamento. Suas narrativas sobre a vida no presídio insistiam em interligar-se com experiências da rua e, ao abrir-me para esta colocação, foi possível perceber que os relatos das mulheres encarceradas procuravam diluir, mesmo que momentaneamente, o abismo imposto pelos muros prisionais. À vista disso, as noções e sentidos mobilizados nos relatos prisionais vinham sempre em conexão com as trajetórias em liberdade.

Se para mim, como pesquisadora, foi difícil quebrar os entraves impostos pelo sistema para acessar ao Presídio, estas mulheres são engolidas, de forma devastadora, pela mesma Instituição de forma a romper com sua autonomia e seu poder de decisão a respeito dos rumos de sua vida. Uma vez no aparato punitivista do Estado, elas procuram reformular seus fazeres de forma a dar significado a uma monótona rotina prisional. Neste processo, não é inventada uma vida nova, tampouco a rede relacional é substituída por outra, senão que as mesmas noções são mobilizadas de forma a aproximar essa realidade da trajetória de cada uma. Isso não quer dizer, contudo, que não sejam produzidas novas formas de existência no contexto que se impõe contra a vontade destas mulheres.

Neste sentido, constata-se que diante de um contexto de sujeição a um poder disciplinar, o sujeito que com o aprisionamento se depara, procura organizar-se de forma a gerar sociabilidades que deem significado à nova existência. Considerando-se que o

encarceramento é um processo que, ao provocar uma ruptura nas trajetórias que intercepta, acaba por anular a capacidade de decisão e de regimento da própria vida dos sujeitos, estes buscam agir de maneira a levar uma rotina mais digna. A fim de dar conta analiticamente destas questões, usei o conceito de “agência” para assim privilegiar a capacidade de atuação destes sujeitos em detrimento de uma abordagem que os reduz apenas a vítimas e oprimidos de um sistema perverso, e sem nenhuma capacidade de ação ou resistência.

Mesmo sendo de fato o sistema prisional um aparato opressor que marginaliza sujeitos em situação de vulnerabilidade social, e me arrisco a dizer também que a noção de criminalidade é construída socialmente em função de critérios e de um poderoso aparato judicial que atendem aos interesses do poder econômico – o criminoso não é criminoso pelo que fez, mas sim pela posição periférica que ocupa na sociedade neoliberal – evidenciar a capacidade de agir destes sujeitos torna-se de extrema relevância, na medida em que o poder de atuar é o que constitui o caráter político do sujeito.

Não basta afirmar que o sujeito está inserido num campo político, e que, portanto se constrói nessas relações de poder. As mulheres encarceradas não apenas ganham existência ao sujeitarem-se às regras prisionais, elas são sujeitos na medida em que sentem que podem agir, que podem transformar o seu entorno e que têm a possibilidade permanente de resignificar suas relações políticas e sociais. É este sujeito circunstancial e em constante construção, que não existe prévio à experiência, quem pode virar as relações contra elas mesmas a fim de reconfigurá-las de maneira significativa. São estas as mulheres que, não só obedecem, mas também resistem.

Nas margens do poder estas mulheres procuram proteger seus projetos individuais (sempre socialmente construídos) e mesmo o seu direito a tê-los. Mesmo com a ruptura que o aprisionamento causa na trajetória individual, e da mesma forma nos objetivos e planos do sujeito, a agência é acionada sempre na direção de perseguir intencionalmente projetos definidos por e neste novo contexto – o que envolve um campo relacional assimétrico e assim estruturas que empoderam desigualmente os sujeitos para perseguir estes projetos.

Termino, portanto, esta inconclusão apontando para a necessidade urgente de ouvir as vozes silenciadas das mulheres encarceradas, e não enquanto vítimas, mas sim enquanto sujeitos atuantes, a fim de abalar o monopólio das narrativas sobre o sistema prisional que têm legitimidade perante a sociedade. Se o Estado esconde estes sujeitos, cabe a nós, antropólogas (os), visibilizá-los.

## REFERÊNCIAS

- A 13ª Emenda. Direção: Ava DuVernay. Produção: Ava DuVernay, Howard Barish, Spencer Averick. [S.l.]: Netflix, 2016. 100 min.
- AGIER, M. Pensar el sujeto, descentrar la antropología. **Cuadernos de Antropología Social**, 2012. v. 35, p. 9–27.
- BARREIROS, E. **A vila tem valor: hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR)**. [S.l.]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. [S.l.]: [s.n.], 1986, p. 69–72.
- BRITO, M. A. De. **O caldo na panela de pressão: Um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis**. [S.l.]: [s.n.], 2007.
- \_\_\_\_\_. **Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral**. [S.l.]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- BUTLER, J. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, 1990. v. 11, n. 11, p. 11–28.
- CRUZ, F. **Jovens em devir : Invenção de novas possibilidades de vida para além da institucionalização**. [S.l.]: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.
- DASSI, T. **"É, Vida Loka Irmão": moralidades entre jovens cumprindo medidas socioeducativas**. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. 174p.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1987.
- LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- \_\_\_\_\_. Problematicando temas relativos ao sistema penitenciário. In: CERQUEIRA; LEMGRUBER; MUSAMECI (org.). **1º Encontro do Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil**, Ipea, julho de 2000.
- MALUF, W. S. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos, ano 5, n. 12**, 1999. p. 69–82. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000300005>>.

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. **Campos**, 2013. v. 14(1-2), p. 131–158.

ORTNER, S. B. Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. [S.l.]: [s.n.], 2006, p. 45–80.

RACIONAIS MC'S. Diário de um detento. In: RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no Inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1998. 1 CD. Faixa 7

SÁEZ, O. C. **Esse Obscuro Objeto da Pesquisa: Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia**. 1ª edição ed. Ilha de Santa Catarina: [s.n.], 2013.

SANTOS, Domitila Villain. **As implicações da violência estrutural na política criminal brasileira no período neoliberal**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/7507/browse?value=Santos,+Domitila+Villain&type=author>, consultado em 02/06/2017.

SANTOS, T. (org.) et al. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho de 2016**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017a. Disponível em [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf). Acesso em: 29 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN MULHERES – 2ª Edição**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017b. Disponível em [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf). Acesso em: 29 maio 2018.

VITTO, R. C. P. de (org.) et al. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - Junho de 2014**. Brasília: Depen - Ministério da Justiça, 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

VITTO, R. C. P. de (coord.) et al. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN MULHERES - Junho de 2014**. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça, 2015. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.